

José de Souza Martins

*A sociedade vista do abismo*

Novos estudos sobre exclusão,  
pobreza e classes sociais

2ª Edição

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martins, José de Souza

A sociedade vista do abismo : novos estudos sobre  
exclusão, pobreza e classes sociais / José de Souza Martins. –  
Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

ISBN 85.326.2719-6

1. Classes sociais 2. Marginalidade social 3. Migração  
interna 4. Pobreza 5. Sociologia rural 6. Trabalho e classes  
trabalhadoras I. Título.

02-1696

CDD-301

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Problemas sociais : Sociologia 301

 EDITORA  
VOZES

Petrópolis  
2003

454  
*Valéria de Marcos*  
demarcos.vale@usp.br

## SITUAÇÕES DIFERENCIAIS DE CLASSE SOCIAL

*Operários e camponeses*

Exponho aqui um exercício pedagógico de ensino direto na relação com pessoas envolvidas em propostas de promoção humana junto a populações pobres nas regiões sertanejas do país.

Na década de setenta, no interior do Brasil, especialmente na Amazônia, através da Comissão Pastoral da Terra, comecei a dar cursos para agentes de pastoral das igrejas preocupadas com as questões sociais, para organizadores de sindicatos e dirigentes sindicais, trabalhadores e outros militantes da causa dos direitos humanos e dos direitos sociais. Esse foi um trabalho educativo que se estendeu até meados dos anos noventa. Fazia parte do que na minha universidade, a Universidade de São Paulo, se chama de prestação de serviços à comunidade, modo de fazer chegar a diferentes setores da sociedade, de diferentes modos, o conhecimento que na universidade se produz.

Essas pessoas se defrontavam com a missão de difundir os valores da civilização e da sociedade moderna no ambiente antagonico e violento da ditadura militar. Um tempo de acentuadas e rápidas transformações econômicas com am-

plas conseqüências sociais negativas. Sobretudo na violação de direitos, tanto os consagrados na lei e nos tratados, quanto, sobretudo, o direito costumeiro, tão significativo ainda na vida das populações rurais.

Essas pessoas agiam, especialmente, em remotas regiões do país, onde mais vulneráveis são os valores e mais fácil é a violação da lei e do costume, muito além do arbítrio próprio do regime de exceção. Viviam sob o risco diário da repressão policial e da violência privada dos grandes proprietários e dos grileiros de terra e seus pistoleiros. Justamente porque divulgavam nas populações locais o que a própria lei e os tratados internacionais, de que o Brasil era e é signatário, reconheciam como direitos, os direitos humanos, os direitos sociais e os direitos políticos.

Algumas dessas pessoas haviam sido educadas na tradição da doutrina social da Igreja, habituadas a ver as vítimas das condições adversas de vida na perspectiva genérica da categoria de "pobre" e seu mundo, a pobreza. Outras haviam sido ideologicamente formadas nas tradições de uma esquerda que via e vê a sociedade como uma estrutura formal e rígida de classes sociais. E que nela não reconhecia a condição de sujeito do processo histórico senão na classe operária. Outras, ainda, estavam identificadas com as concepções ideológicas dissidentes, maoístas, de que aos camponeses é que estava reservado o papel de timoneiros da História. Sem contar que, com exceção de católicos e protestantes, não havia nesses esquematismos lugar para as populações indígenas, sem dúvida as maiores vítimas da expansão territorial capitalista das décadas de setenta e oitenta.

Os bispos e os agentes de pastoral das igrejas convidavam-me a falar e debater, e convidavam outras pessoas, preocupados em fundar sua prática no conhecimento sociológico e antropológico. Defrontavam-se com desencontros e desconhecimentos que decorriam das perspectivas que mencioniei e de sua formação urbana, não raro sulista, ou estran-



geira, ou, sobretudo, das limitações das identificações ideológicas e partidárias dos agentes de pastoral.

Havia, e já não há, uma vantagem pedagógica clara nessa demanda que reunia motivações não raro muito discrepantes: a vantagem da dúvida e da incerteza, o reconhecimento do desconhecimento. Da parte da Igreja Católica e da Igreja Luterana havia a opção de romper de vez com a tradição secular da pastoral da desobriga, o missionarismo de pronto-socorro, ocasional e difuso, praticado nas fazendas ao abrigo dos grandes donos de terra<sup>1</sup>.

Multidões de explorados, recrutados sobretudo no Nordeste e no Centro-Oeste, chegavam diariamente aos povoados da chamada Amazônia Legal para derrubar a mata como peões escravizados sob a chibata dos capatazes e pistoleiros, para não raro morrer de malária sem assistência e sem direitos. O latifúndio queria a bênção da Igreja para sua obra de difusão do progresso, o progresso predatório, violento e violador da devastação ambiental desregrada, do parasitismo dos incentivos fiscais, da incorporação forçada ao cenário do chamado progresso de grande número de tribos indígenas até desconhecidas, da exploração impiedosa dos trabalhadores, da expulsão dos posseiros da terra que ocupavam, habitavam e cultivavam, muitas vezes há gerações.

Na Amazônia, uma história de séculos de expansão territorial violenta era reassumida e resumida em grande escala no átimo histórico de uns poucos anos, que recolocava na passividade de uma história inevitável, de um destino incontornável, centenas de milhares de pessoas e, de certo modo, o país inteiro. Era como se o Brasil todo estivesse sendo convocado para o último episódio de uma história

1. Um documento exemplar e um testemunho dessa ruptura e dessa opção é a carta pastoral de investidura de Dom Pedro Casaldáliga como bispo de São Félix, no Mato Grosso (cf. Casaldáliga, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia (MT), 1971.

repetitiva de genocídio e violação de direitos. Nosso passado explodia de repente na cara de todos, como o presente lúgubre de uma história trágica.

Mas, esse passado se alçava diante de um presente de contradições e diversidades, de inquietações éticas e incertezas políticas, dos grupos sociais que já não tinham compromisso com o latifúndio e suas seqüelas. Grupos que viam com indignação e espanto essa ressurgência visual daquilo que estivera estruturalmente ocultado na história recente do país pelos muitos e eficientes mascaramentos e dissimulações que esta sociedade desenvolveu para constituir a sua modernidade anômala e ingressar no mundo moderno.

Na Igreja, na universidade, no sindicato, nos diferentes grupos sociais não havia lugar suficientemente amplo para a indiferença e a cooptação. A Igreja, em particular, inquietou-se, muito mais do que a universidade e os próprios sindicatos. Reconheceu imediatamente que o Estado militar punha esta sociedade no limite da condição humana. Sobre tudo, porque definia valores desumanos e desumanizadores para o seu desenvolvimento econômico e para afirmação de um poder político ditatorial que limitava o reconhecimento da condição humana unicamente aos dóceis, aos omissos, aos indiferentes, aos reacionários, aos que se conformassem à sua lógica coisificante, aos integrados.

A nova pastoral social que se difundiu na década de setenta era amplamente inspirada pela defesa dos direitos humanos, muitíssimo mais do que por qualquer preocupação com visões políticas de classe ou por uma efetiva orientação pela conscientização política e a partidarização dos pobres e das vítimas da adversidade. Nisso, aliás, estava seu grande mérito, o da identificação com os valores universais relativos à condição humana e não com os particularismos de classe e de partido que depois tomaram conta da ação pastoral e a imobilizaram na perda de criatividade.



Essas pessoas se defrontavam com as limitações reconhecidas da categoria “pobre”, e da generalidade de uma concepção de pobre e pobreza que era a herança conceitual nutriente da caridade cristã. Nas situações-limite da pastoral da fronteira, “pobre” era uma categoria pobre, insuficiente, e disso os bispos estavam conscientes. Porque ali havia uma diversidade de “pobres”, que se encaixavam mal nessa categoria espremida: havia os índios procedentes de tantos e diversificados universos culturais; havia posseiros retardatários de um processo histórico residual e lento; havia os novos colonos dos núcleos de colonização públicos e privados. E havia a sua contrapartida: havia o “novo” latifúndio das grandes empresas capitalistas que agregavam aos seus instrumentos de poder e riqueza a propriedade da terra; havia os pistoleiros; havia o Estado que patrocinava e legitimava o matrimônio contraditório da terra com o capital.

Compreender a diversidade, relativizar as categorias sociais, ampliar o conhecimento da realidade social, aceitar, enfim, que a ciência era um interlocutor necessário, foi o que levou à procura de cientistas sociais, antropólogos e sociólogos, para o diálogo pedagógico que ampliasse o entendimento da situação e do momento.

Brinquei algumas vezes com os poucos de nós envolvidos nessa missão educativa, dizendo que estávamos criando a “universidade popular e itinerante”, a Unipop. Nossas salas de aula eram salões de igreja, galpões, ranchos, árvores frondosas. Nossos alunos, padres, religiosas, pastores, bispos, leigos, professores rurais, trabalhadores e índios, homens, mulheres, jovens e velhos. Nosso salário, a alegria do conhecimento compartilhado, do nosso próprio aprendizado com quem tinha, também, muito a ensinar sobre este país, sobre diferentes grupos humanos, sua cultura, sua visão de mundo, sua concepção de esperança, sua história, sua língua, nossa língua portuguesa ainda tão preservada e tão bela nos ermos e rincões.

A dificuldade maior de muitos de nossos "alunos" era a de sua visão urbana da realidade social. Sua consciência social e política dominada pelo reconhecimento de que apenas a classe operária é uma classe que luta por transformações sociais, uma classe dotada do mandato histórico das mudanças ou uma classe reveladora das contradições sociais. Quem não pensava através da categoria "classe operária", pensava através da categoria "pobre", como a categoria dos escolhidos, dos portadores da verdade profética da História e da renovação do homem e da sociedade (e da Igreja!).

As limitações desses entendimentos do que é a sociedade de hoje eram reconhecidas pelos presentes nos muitos encontros de estudo de que participei. Por isso mesmo, pessoas como eu eram convidadas para ouvir as narrativas de problemas, tensões, conflitos, concepções, mentalidades, dificuldades culturais de diálogo, interpretá-los, situá-los e explicá-los sociologicamente.

Na diversidade de situações sociais presentes nas inquietações dos que compareciam a esses encontros, escolhi a categoria de "classe social" para desenvolver uma reflexão comparativa entre "operários" (em relação aos quais havia "teorias" conhecidas) e "camponeses" (os desconhecidos e portadores do desafio ao entendimento). Era um modo de tratar de uma característica fundamental da sociedade contemporânea, que é a da diversificação social, não só a das graduações de riqueza e pobreza, mas também diversificação das inserções sociais, das situações sociais, das mentalidades, das possibilidades e limites de atuação social e histórica das diferentes classes e categorias.

No geral, havia nos agentes de pastoral e nos militantes políticos a propensão de estender aos camponeses o conhecimento que se tinha sobre os operários, especialmente no que se refere ao entendimento doutrinário e ideológico. Ou de cobrar dos trabalhadores rurais comportamentos operários e consciência operária. Em outras palavras, os agentes tinham expectativas de que os trabalhadores rurais "existis-



sem" e se comportassem como classe social, no padrão próprio de conduta da classe trabalhadora gestada na fábrica, na empresa capitalista.

Caminhava-se em direção a um rótulo abrangente, uma categoria geral de classificação e definição de um suposto sujeito histórico como se fosse um sujeito substantivo, a categoria vaga e genérica de "trabalhador". Isso era forçado, projetava ideologias relativas à classe operária e confundia sobretudo os agentes de pastoral, que em sua experiência recolhiam a todo momento evidências de severas discrepâncias em relação a essa caracterização sumária. Eles próprios iam descobrindo que havia trabalhadores e trabalhadores, com diferentes visões de mundo, projetos históricos e vivências, dependentes da experiência concreta de vida e da respectiva situação social e de classe.

Mesmo nas universidades, houve notórios empenhos em seminários, cursos e congressos para forçar o enquadramento do campesinato atual nas categorias e doutrinas relativas à classe operária. Chegou-se a pensar numa espécie de operário indireto porque seria o camponês também um trabalhador para o capital. Esquecia-se aí das mediações e das particularidades, aquilo que define a qualidade diferencial dos diferentes grupos e categorias sociais. Uma simplificação anti-sociológica que persiste nos setores da ação pastoral e da ação política que foram invadidos, contaminados, aparelhados e parasitados por ideólogos e agentes partidários, no geral sem formação acadêmica específica e sem competência teórica apropriada.

Meu empenho foi sempre no sentido de enfatizar as mediações, a diferenciação e a especificidade das categorias sociais. Se queremos entendê-las como sujeitos de vontade social e política e sujeitos de possibilidades históricas, é justamente necessário reconhecer-lhes as singularidades, aquilo que as diferencia e não aquilo que as dilui em categorias abrangentes e genéricas. A força numérica das categorias de referência de militâncias políticas assim fundamentadas tem

sua contrapartida na sua fraqueza social e histórica. Importa aquilo que expressa suas possibilidades e limites de situação, compreensão e atuação histórica.

Foi sempre nessa direção que encaminhei a pedagogia de minhas propostas de educação popular. Isso me trouxe não poucos problemas. Agentes ideológicos de partidos clandestinos, das chamadas tendências, no geral presentes nesses encontros, tinham barreiras claras à aceitação de uma pedagogia aberta à indagação, à reflexão crítica e a um reconhecimento da importância auxiliar da antropologia nessa reflexão. Eram as barreiras doutrinárias, apoiadas em realidades sociais, históricas e políticas muito diferentes das nossas, próprias de outras sociedades (como a Rússia, a China, Cuba), e não raro desatualizadas historicamente, que nos chegavam através da literatura de vulgarização do marxismo. Esquemas fechados, sistêmicos, de grande pobreza teórica, interferiam freqüentemente no atendimento das solicitações de ensino e diálogo que recebia.

Os agentes de pastoral eram mais abertos à compreensão sociológica das realidades sociais com que lidavam. Tinham uma imensa sensibilidade antropológica, capazes de precisas etnografias de grande valor científico, coisa que os agentes e militantes partidários eram incapazes de fazer e reconhecer. Um colega de grande competência científica e notável talento como educador, Carlos Rodrigues Brandão, numa avaliação final e posterior de um desses encontros de que também participei, em Goiás Velho, teve sua atuação pedagógica questionada porque entendera que os presentes precisavam de um curso de antropologia cultural e o deu. Eles preferiam, como disseram depois, um curso centrado no privilegiamento da mudança política e não um curso para entender e decifrar a realidade social. Achavam desnecessário conhecê-la para mudá-la, "já que queriam mudá-la"! Uma atitude própria do voluntarismo político que acabaria se disseminando pelas pastorais sociais e pelo que se poderia definir como "esquerda popular", nos chamados movimentos populares, cuja despolitização fica evidente em ati-



tudes como essa<sup>2</sup>. Justamente, a atitude que pede o trabalho pedagógico do educador popular.

2. Outro episódio, contemporâneo desse, foi relativo a uma extraordinária experiência de *pesquisa participante* com os trabalhadores rurais do sul de Goiás. Queixavam-se os agentes de pastoral da pouca receptividade, por parte dos trabalhadores, à sua militância e ao seu empenho em transformá-los numa força política organizada. Sugeri que os trabalhadores fossem ouvidos. Para isso, propus que fossem convidados representantes de todos os lugares da região para uma reunião em Goiânia, de que participei. Propus aos trabalhadores que eles próprios fizessem uma pesquisa para descobrir quem eram, que concepção tinham de sua vida, de seus problemas, se tinham e qual era sua identidade. Havia entre eles trabalhadores analfabetos e isso foi apontado como um problema para a realização da pesquisa, uma investigação simples e fácil de executar. Basicamente, cada trabalhador deveria visitar um certo número de seus amigos e vizinhos e fazer algumas perguntas sobre essas questões, através de um bate-papo. Quem não soubesse ler e escrever, que levasse um filho ou um amigo alfabetizado que anotasse num caderno o que a outra pessoa dissera e ambos confeririam juntos o teor das anotações. Todos deveriam trazer para uma próxima reunião, em Goiânia, um "relatório" de suas descobertas. Estive presente também nessa segunda reunião. A primeira grande surpresa dos agentes de pastoral, que falavam numa única categoria social de referência, a de "trabalhador rural" ou, eventualmente, a de "camponês", foi que os próprios trabalhadores faziam questão de acentuar e distinguir diferentes modalidades de atividade, que para eles definiam diferentes "identidades" de trabalhador: arrolaram mais de cem categorias de trabalhadores rurais, sem contar que incluíram na categoria "trabalho" atividades que um militante de esquerda não incluiria, como a de estudar. Isto é, a identidade que os agentes de pastoral buscavam era apenas ficção ideológica da classe média militante, cujo trabalhador rural não existia e o que supostamente deveria existir não se reconhecia nessa designação. Foi em seguida pedido que os trabalhadores construíssem juntos um livrinho narrando suas descobertas, uma "cartilha" como gostavam de dizer. E que o fizessem pelo meio que pudessem: escrevendo mesmo, narrando para alguém escrever ou fazendo versos e rimas, pois vários eram cantadores. Foi dado um prazo para que o fizessem e de fato o prazo foi cumprido. Porém, os meses se passavam e os agentes de pastoral não viabilizavam a saída da "cartilha", que seria distribuída entre os próprios trabalhadores. Várias vezes falei com eles por telefone. Alegavam que havia muitos erros de redação, que talvez fosse o caso de corrigi-los; que o resultado não era bom nem esclarecedor, etc. Ao final, a "cartilha" saiu com este surpreendente título dado pelos próprios agentes de pastoral: *Uma luta encolhida* (!). Isto é, eles manifestaram no título seu descontentamento com a consciência e a prática dos trabalhadores que queriam redimir em face da opressão do capitalismo: no título, censuraram a consciência e a prática dos trabalhadores. Uma nítida expressão de voluntarismo político de classe média, desses grupos que na época estavam vivamente empenhados na formação de sindicatos de trabalhadores rurais na região.

Aqui reproduzo, adaptada agora à forma de texto, uma das aulas que dei num encontro de estudo em São Félix do Araguaia (Mato Grosso) na primeira semana de julho de 1978. Foi-lo a convite de Dom Pedro Casaldáliga, um persistente e paciente pioneiro na proposição e valorização do estudo entre os agentes do trabalho de base da Igreja Católica. Montei essa linha de interpretação comparativa lá mesmo, na ocasião, em face das dificuldades e das necessidades de compreensão da realidade do campo que os participantes indicaram nos primeiros dias do encontro. Carlos Rodrigues Brandão também participou desse encontro de estudo fazendo exposições e análises antropológicas.

Repeti essa exposição, adaptando-a e ampliando-a, em outros lugares do interior do país, em diferentes ocasiões. Utilizei a concepção sociológica de *situação de classe social* para indicar coincidências e diferenças entre operários e camponeses. Sobretudo para indicar as limitações do conceito de classe social ou de uma teoria das classes sociais para analisar e compreender a situação, a realidade e as esperanças de populações claramente à margem da estrutura de classes. De modo que os ouvintes pudessem desenvolver um entendimento crítico do conhecimento que tinham a respeito das classes sociais e das características sociais próprias do universo em que estavam atuando.

Suas dúvidas sugeriam a necessidade de compreender o que é a *diferenciação social* na sociedade contemporânea, para compreender o que é a estrutura social de classes. Para compreender, também, as singularidades sociais e culturais das populações com as quais conviviam e de cuja emancipação e libertação queriam ser coadjuvantes. Para compreender, sobretudo, as promessas de transformação social contidas na situação das populações camponesas, cuja realização é altamente



dependente de mediações sociais e políticas que não estão diretamente enraizadas na situação dos trabalhadores rurais<sup>3</sup>.

Fiz exatamente o que está exposto a partir da página seguinte: indico um tema relevante na caracterização da classe operária e, ao lado, indico como esse tema se caracteriza na situação do campesinato. De modo que se possa compreender as diferenças sociais e estruturais entre as duas categorias sociais. Sem prejuízo, evidentemente, do reconhecimento da “diferenciação interna” de cada “classe” social. – Lembro ao leitor que o texto das colunas sempre continua na página seguinte; é assim que devem ser lidas.

Esta exposição decorria de uma explanação inicial sobre a estrutura e a dinâmica da sociedade capitalista, as condições da diferenciação social nessa sociedade, os diferentes relacionamentos sociais com o núcleo do processo reprodutivo do capital e da sociabilidade que lhe corresponde. Por isso, o ponto de partida é a exposição das diferenças nos vínculos sociais fundamentais, aquilo que é radicalmente diverso numa situação de classe e noutra.

---

3. Em conferência relativamente recente, no Rio de Janeiro, o sociólogo mexicano Armando Bartra nos oferece um quadro interpretativo lúcido e bem-humorado das transformações na situação e na ação do campesinato de seu país, que se aplica largamente ao campesinato de diferentes países e às interpretações a ele relativas. Cf. Bartra, Armando. *Sobrevivientes – Historias en la frontera*. Trabalho apresentado no Seminário sobre “Reforma Agrária e Democracia: a perspectiva das sociedades civis”, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1998 [http://www.dataterra.org.br/seminario/bartra.htm].

## Operários

1. O vínculo do operário com o capital e o capitalista é estabelecido quando aquele vende a este a sua força de trabalho em troca de salário, isto é, de pagamento em dinheiro. O trabalho do operário é, pois, *trabalho assalariado*. O fruto de seu trabalho já nasce como propriedade do capitalista que lhe paga o salário e não como sua propriedade. Essa modalidade de relação de trabalho só pode se dar quando não só o capitalista é um homem livre, mas também *o trabalhador é livre*.

A relação salarial não pode ser baseada na coação física. Ela se baseia na livre vontade do trabalhador de vender sua força de trabalho e na livre vontade do capitalista de comprá-la. Para que essa modalidade de relacionamento social se estabeleça entre os dois é necessário que ambos sejam livres e iguais<sup>4</sup>. É necessário que se estabeleça entre eles um *vínculo contratual* e não um *vínculo de dominação*, caso em que o vínculo

## Camponeses

1. O vínculo do camponês com o capital não é estabelecido através da venda de sua força de trabalho ao capitalista. Diversamente do que acontece com o operário, cujo trabalho é diretamente dependente do capital, o trabalho do camponês é um *trabalho independente*. O que o camponês vende não é sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho, que nasce como sua propriedade.

Isso porque ele ainda dispõe dos instrumentos de produção. Desses instrumentos, o mais importante é a terra. Mesmo que ela não seja sua, que ele a alugue de um proprietário, que pague uma renda da terra, ainda assim, durante o período de vigência do aluguel dela, usará como se fosse sua. Na verdade, ele alugou o meio de produção, como poderia alugar as ferramentas, as máquinas, a casa. Em princípio, é ele quem decide o que fazer na terra.

seria baseado na coação física e moral e na dignidade.

O operário é livre e igual. É livre porque livre dos meios de produção, deles destituído e separado. É livre porque não dispõe de seu de nada além de sua força de trabalho, de sua capacidade de trabalhar. A emergência histórica do capitalismo se dá quando o trabalhador é separado de seus meios de produção. É nesse sentido material que ele se torna livre.

Sua liberdade é, pois, a condição de sua sujeição: ele é socialmente livre, mas economicamente dependente, uma vez que deve vender sua força de trabalho a quem dispõe dos meios de produção para que se possa trabalhar. Quem deles dispõe é o capitalista. *Sua pessoa é livre, mas seu trabalho é dependente*, é um trabalho subordinado ao capital.

Sua liberdade social, sua independência em relação aos meios de produção, na sociedade capitalista, se reveste da forma de liberdade jurídica. Desse modo, o operário é juridicamente igual ao capitalista, mas não é materialmente igual a ele. Por ser juridicamente igual é que pode contratar com aquele a venda de sua força de trabalho, a troca de capacidade de trabalho por dinheiro, por salário. E porque é juridicamente igual é que sua relação com ele não está, ao menos não

Na relação com a terra e a propriedade da terra, há distintos modos de ter acesso a ela e de poder usá-la. O modo mais característico do relacionamento entre o nosso camponês e a terra é o da propriedade. É na condição de proprietário que ele assegura o caráter independente de seu trabalho. Mas, há, também, distintos modos de ser inquilino do proprietário da terra, de ser o que de modo mais apropriado se chama de arrendatário.

O arrendamento pode ser feito mediante pagamento da *renda em trabalho*. Em troca da permissão para usar a terra em sua própria produção, o arrendatário dá ao proprietário um certo número de dias de trabalho nos cultivos dele proprietário; o camponês trabalha, então, uma parte do tempo em roça alheia. É uma forma primitiva e antiquada de pagamento da renda da terra. Na forma, ela institui uma relação entre o camponês e o proprietário muito parecida com a relação que havia na sociedade feudal entre o senhor e o servo. A diferença é que lá o camponês era uma espécie de co-proprietário enquanto membro da comunidade camponesa de que fazia parte. Na sociedade capitalista, não há esses direitos de co-propriedade.

Uma segunda modalidade de renda é a *renda em espécie* pa-

4. As referências teóricas para compreensão da situação de classe e da consciência real e possível do operário, nesta análise, são principalmente as de Marx, Karl. *El capital - Crítica de la economía Política* [trad. de Wenceslao Roces], 3 tomos, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1959. Marx, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador), 1857-1858*, 3 tomos [trad. Pedro Scaron], Buenos Aires, Sigloveinteuno, 1971-1976. Cf., também, Lukacs, Georg. *Histoire et conscience de classe* [trad. Kostas Axelos & Jacqueline Bois], Paris, Les Éditions de Minuit, 1960.

está predominantemente, subordinada à vontade daquele, do patrão, do capitalista, ou da sua própria.

Quando há um desacordo entre o vendedor de força de trabalho, o operário, e o comprador de força de trabalho, o capitalista, o patrão, quem deve decidir de que lado está a razão, quem está sendo prejudicado, é um terceiro, uma pessoa que em nome de uma instituição que nada tem a ver diretamente com a relação entre os dois, que decide de que lado está a razão. Esse terceiro é um juiz, com base nas regras legais em que o contrato entre o operário e o capitalista foi estabelecido. Na relação entre os dois não deve predominar a *vontade pessoal* de cada um, caso em que essa relação social seria impossível. Deve predominar a *vontade impessoal* da justiça e da lei por meio da pessoa do juiz.

Essa característica do operário e seu trabalho implica em que ele se constitua em *indivíduo* para ter relacionamentos contratuais. Mesmo que faça com seu patrão um contrato coletivo, ao mesmo tempo e juntamente com os outros trabalhadores de sua categoria, a base dessa contratação coletiva está em seus direitos individuais, que não podem ser reduzidos ou eliminados pelo caráter conjunto da ação contratual. Isso quer dizer que a sua liberdade pessoal e seus direitos pessoais

ga diretamente com uma parte da produção do camponês. Ele tem mais liberdade do que o camponês que paga renda em trabalho, porque pode usar a parcela de terra como se fosse sua enquanto durar o arrendamento. No Brasil, o arrendamento em espécie se concretiza basicamente na figura do *parceiro*, aquele que paga o aluguel da terra entregando ao proprietário uma parte de sua produção. No entanto, essa parceria esconde distintos vínculos econômicos. Uma forma de *parceria* que foi muito comum entre nós até há poucos anos era a da entrega de metade da colheita ao dono da terra. É a chamada *meação* e o camponês é nesse caso chamado de *meeiro*. Isso depende muito do produto cultivado e repartido: pode ser mais ou pode ser menos. Depende, também, do modo como a terra é entregue ao camponês. Se é terra bruta, ainda coberta de matas, o arranjo entre ele e o proprietário é mais benevolente. Se é terra arada, pronta para o cultivo, implica em renda maior.

Essas relações evoluem com facilidade para *arrendamento em dinheiro*, uma característica forma de aluguel em que o camponês é de fato um inquilino. É a forma mais moderna de arrendamento da terra, difundida sobretudo entre não-camponeses, entre grandes capitalistas da agri-

não podem ser eliminados, reduzidos ou atenuados por grupos de que eventualmente faça parte.

Mesmo fazendo parte de uma família, o contrato de trabalho não é com sua família; é apenas com ele. A família não tem direitos nem obrigações nesse caso. Do mesmo modo, ainda que eventualmente originário de algum grupo comunitário – de vizinhança, de religião, de nacionalidade, etc. – o contrato de trabalho entre ele e o capitalista envolve uma relação solitária, no sentido de que não é um contrato entre o capital e algum grupo moral, religioso ou étnico. Nessa relação ele está sozinho com seu contratador, com o agente dos interesses opostos aos seus.

cultura. Estes podem preferir não dispendem capital na compra de terra. Preferem alugá-la, o que implica dispêndios financeiros muito menores, de retorno mais rápido. É o arrendamento em dinheiro a forma típica de expansão do capital na agricultura. Isso não exclui que pequenos agricultores também optem por esse tipo de vínculo com o proprietário de terra.

Diferente do operário, o camponês não trabalha sozinho. O característico camponês trabalha com sua família. Portanto, seu trabalho não é um trabalho solitário, não é trabalho de indivíduo. Além disso, o característico camponês não é patrão, não compra força de trabalho de outrem, não paga salário. É evidente que em certos momentos especiais ou excepcionais do processo de produção, como na colheita, o camponês pode precisar de braços adicionais com urgência, para evitar, por exemplo, que a chuva molhe e destrua a colheita. É o caso do algodão, do feijão, que podem apodrecer se molhados.

Tradicionalmente, esse trabalho excepcional era feito pelos vizinhos, no chamado mutirão, uma forma de ajuda mútua. Embora o mutirão ainda seja praticado, a demanda excepcional de força de trabalho em circunstâncias como essa tende a

ser coberta com trabalho assalariado temporário. Isso ainda não compromete radicalmente o caráter camponês do trabalho na parcela agrícola. Não compromete, mas altera de modo mais ou menos significativo a relação que o camponês tem consigo mesmo e com os outros.

Embora ele seja socialmente dependente, porque não trabalha sozinho, porque é trabalho familiar, *seu trabalho é independente, é trabalho familiar independente.*

2. Sendo o operário juridicamente igual a seu patrão e economicamente desigual, é preciso conhecer em que radica essa contradição. Ser igual é a forma assumida pela condição de livre. A igualdade, condição do caráter contratual dos relacionamentos, é a base de uma certa perda da liberdade, própria do capitalismo, pois é a igualdade que mascara a desigualdade. A igualdade é aqui uma virtualidade da liberdade.

Ele vende sua força de trabalho porque não dispõe dos meios de produção para usá-la. Vende a quem deles dispõe. Vende-a porque esse é o único modo de obter seus meios de vida, aquilo de que necessita para sobreviver, isto é, o dinheiro, o salário, com que poderá comprar os meios de vida.

Não é para fazer-lhe um favor que o capitalista compra sua força

2. Se, para a definição social do operário, a igualdade jurídica é condição fundamental, para o camponês a relevância é outra. Para ele, o fundamental é ser *livre* e não necessariamente igual. O camponês é livre na medida em que é dono de seus instrumentos de trabalho ou, no mínimo, dono de sua vontade quanto ao que produzir, como produzir e para quem vender. Na medida em que é livre dono de seu próprio trabalho. As determinações do mercado não estão imediatamente presentes no processo de trabalho. A liberdade na situação social do camponês está no meio do caminho entre a dependência pessoal e a igualdade.

Na sua inserção no mercado e, por meio dele, no processo de reprodução do capital, o que o camponês vende não é a

de trabalho. O capitalista a compra porque ele também está numa situação singular: dispõe de meios de produção concentrados em suas mãos, mas sozinho não pode fazê-los funcionar, coisa que só a força de trabalho pode realizar. Portanto, se o operário para obter seus meios de vida tem como única alternativa trabalhar para quem tem os meios de produção, também o capitalista para dar utilidade a seus meios de produção tem como única alternativa comprar a força de trabalho do operário.

O operário trabalha para viver, para obter seus meios de vida. O capitalista compra força de trabalho para poder usar seus meios de produção, caso contrário seriam inúteis. Ora, a utilidade que os meios de produção têm para o capitalista é diversa da utilidade que têm, como bens alheios, para o operário. Assim como o operário quer um resultado de seu trabalho, o salário, o capitalista quer um resultado dos meios de produção que cede para que o trabalhador trabalhe. Para o capitalista esse resultado é o lucro. Ao menos esse é o resultado que ele, capitalista, pode ver e utilizar.

O ganho do capitalista vem da produção que ultrapassa os meios de vida necessários à sobrevivência do operário. O ganho do capitalista vem daquilo que excede o necessário à reprodução do operário: sua alimenta-

sua força de trabalho. Para ele, o trabalho não pode aparecer como coisa em si, separada do produto que dele resulta. Essa separação não pode ocorrer porque ele ainda é dono dos instrumentos, dos meios utilizados na produção. Ao final do processo de trabalho ele se vê dono das coisas, dos produtos, gerados pelo trabalho. O produto do trabalho aparece como coisa acabada em suas próprias mãos. O que ele vende é produto e não isoladamente o trabalho contido no produto. É ele mesmo quem deve vender o produto para que o produto se transforme em dinheiro.

Na sociedade capitalista, o camponês deve ter algum vínculo com o mercado, com o dinheiro e, portanto, com o capital. Mas, ao mesmo tempo, ao não ser empregado, assalariado, de outrem, aparece como a pessoa que trabalha para si mesma, com sua família. O seu trabalho é independente, mas sua vida está residualmente articulada com a trama de relações do mercado.

Seu trabalho não ganha vida própria fundamentalmente porque ele produz diretamente seus meios de vida. Em princípio, nas situações camponesas características, os meios de vida não são adquiridos diretamente no mercado. Mesmo quando é

ção, sua moradia, seu vestuário, seu lazer, isto é, seu salário. E também o que é necessário para que sua existência se prolongue além da morte, de modo que ele deixe substitutos para que o capitalista possa continuar dando utilidade a seus meios de produção.

O que o operário precisa para sobreviver vem do trabalho necessário a essa sobrevivência. Ele, porém, é capaz de trabalhar mais tempo do que o necessário à obtenção de seus meios de vida. Ele é capaz de criar mais riqueza, mais valor do que aquele sem o qual não sobreviveria. Esse valor a mais, essa mais-valia, é o que excede a suas necessidades. Assim, além do *trabalho necessário* à continuidade de sua vida, ele produz também *trabalho excedente*.

O trabalho excedente é aquele de que o capitalista se apropria. Assim, a utilidade da concentração dos meios de produção em suas mãos está no fato de que é o meio de produzir e reter trabalho excedente, sob a forma de valor que excede o que é necessário à sobrevivência do trabalhador, sob a forma de mais-valia.

Nas relações de produção pré-capitalistas, a apropriação desse excedente não precisava ser disfarçada. No caso do escravo, o senhor não precisava de justificativas morais para ficar com a produção de seu cativo. A recusa do tra-

necessário comprar, como de fato é, o que se compra é com dinheiro recebido por algo que tem a mesma qualidade material daquilo que foi vendido pelo camponês. Em situações muito à margem da circulação do dinheiro e da mercadoria, muitas vezes o dinheiro comparece de forma apenas nominal numa relação que é basicamente de troca.

Nas situações características, o camponês vende aquilo que excede suas próprias necessidades de sobrevivência, suas e de sua família. É como excedente que ganha forma seu trabalho excedente. Assim como o operário tem um critério lógico para calcular o valor de sua força de trabalho e o montante de seu salário, com base nos meios de vida de que necessita, assim também o camponês tem um critério lógico para produzir diretamente seus meios de vida.

Quando faz a colheita do que produz, ele já tem uma idéia de quanto deve reter para subsistência e semente destinada ao próximo plantio. Tem por isso, já no início, uma idéia de quanto pode vender daquilo que colheu. Não tem que esperar o próximo ano agrícola para vender ao comerciante, ao intermediário, aquilo que eventualmente tenha sobrado. Portanto, o que ele vende, o que ele comercializa, não é

balho podia ser severamente punida com castigos físicos.

Já não pode ser assim numa sociedade cujas relações sociais são baseadas na liberdade e na igualdade jurídica de seus membros. Isso nos põe diante do problema da justificativa para que o capitalista se aproprie de parte da produção do trabalhador. A justificativa mais simples e lógica é a de que o capitalista tem o direito de fazê-lo porque é o dono dos meios de produção. Mas isso ainda poria em perigo o seu lucro. Sempre haveria o risco de que o trabalhador descobrisse que o lucro do capitalista é a parte do valor que ele trabalhador criou e que não lhe foi paga.

O caráter contratual da relação social entre o operário e o capitalista se encarrega de revesti-la de significado que recobre e encobre o caráter de relação de exploração que ela efetivamente tem. Isso se dá porque o que o trabalhador vende não é o que o capitalista compra. O trabalhador vende-lhe força de trabalho, capacidade de fazer funcionar os meios de produção. Ele lhe vende, por exemplo, um dia de trabalho. Recebe em troca o seu salário. Portanto, ele é induzido a crer que o salário é o pagamento por aquilo que efetivamente vendeu, que para ele é o necessário à aquisição de seus meios de vida.

a sobra; é o produto de um cálculo feito com regras próprias. Esse cálculo é dominado pela precedência dos meios de vida na reprodução da família camponesa. Ao contrário do que ocorre com o operário, a sobrevivência do camponês não é, em tese e em princípio, mediada pelo mercado. Embora, de fato, de vários modos, acabe sendo.

Se a existência do operário se define pelo *trabalho excedente*, a do camponês se define pelo *produto excedente* em relação aos meios de vida produzidos diretamente por ele.

Essa situação característica tem, no entanto, um certo número de variações. É que na vida das populações camponesas há uma tendência crescente, embora oscilante e lenta, no sentido de maior influência do mercado e do capital.

A pressão crescente do mercado pode mesmo aparecer como se fosse uma busca crescente do mercado por parte do camponês. São muitos os fatores que podem levar a isso. Uma enfermidade demorada ou a morte de alguém na família pode forçar a transformação de produtos separados para a própria subsistência, ou para semente, em mercadoria e sua venda ao comerciante. Essa venda acarreta um desequilíbrio na subsistência da família, que for-

O que o capitalista comprou, no entanto, foi outra coisa: ele comprou força de trabalho, cuja característica é a de produzir mais valor do que ela própria contém. Isto é, o valor da força de trabalho é determinado pelos meios de vida necessários à reprodução de quem trabalha, do operário. É esse valor que se converte em salário. Mas, a força de trabalho pode criar mais do que esse valor. O que o capitalista compra do trabalhador é sempre um período de trabalho que vai além daquele que é necessário para repor os meios de vida do operário, o seu salário. O capitalista paga, pois, salário e, na verdade, compra mais-valor. Ou melhor, ao pagar o salário se qualifica para ficar, sem pagamento, com o tempo de trabalho excedente, o que excede ao que é necessário ao salário e à sobrevivência do trabalhador.

Em suma, o que o *operário produz é trabalho excedente*, tempo de trabalho que excede o tempo empregado na produção de seu salário. É isso que ele oferece ao capitalista, sem saber, em troca do salário. É essa coisa imaterial e abstrata que interessa ao capitalista.

No mundo do operário, o *trabalho se torna separado do produto do trabalho*. É como se ele tivesse uma existência própria, como se ele fosse a própria coisa, não sendo, ao mesmo tempo, coisa própria de quem a tem. A força de trabalho é que

gará o camponês, antes do início do novo ano agrícola, a comprar a crédito do vendeiro aquilo que necessitar para viver, para pagar com o produto da safra seguinte.

Essa dependência pode estender o desequilíbrio por muito tempo, às vezes de maneira irremediável e definitiva. Isso forçará o camponês a dar prioridade aos produtos que interessam ao comerciante e não aos produtos próprios de sua dieta. De certo modo, o camponês é alcançado pela divisão do trabalho, que obriga cada um a uma certa especialização em função do mercado.

Outros fatores podem alcançar o equilíbrio que organiza o trabalho da família camponesa em termos de quais os frutos que são convertidos em meios de vida e quais os que são convertidos em excedentes. A tendência é a da pressão no sentido de aumentar o excedente, quase sempre às custas da diminuição do tempo e do espaço de terra destinados aos próprios meios de vida.

A redução progressiva da fertilidade do solo, conseqüência da agricultura de roça, de derrubada e queima para cultivo, como fazem habitualmente os camponeses de várias regiões, inclusive no Brasil, é um fator de desagregação de sua economia ca-

parece como mercadoria, independente da coisa física em que se materializa o trabalho.

racterística. À medida em que se torna cada vez mais difícil encontrar terras virgens ou descansadas propícias para a agricultura de roça, a tendência, durante um certo período, é a do aumento da importância do excedente comercializável e a diminuição da produção direta dos meios de vida na economia camponesa.

Às vezes o aumento da proporção do excedente é sinal de maior integração no mercado, de maior participação no consumo e de mudança e melhora nos níveis de vida da população camponesa. Mas, o que parece ser o mesmo fenômeno do ponto de vista quantitativo pode ser outro do ponto de vista da qualidade de vida dos camponeses. A redução da produção direta dos meios de vida pode ser indício de uma redução até grave nas condições de vida da família camponesa, sobretudo no que se refere à alimentação. Nesse caso é apenas momento de desintegração da economia camponesa, da dispersão da família, da migração para aglomerados urbanos, às vezes distantes, e da proletarianização.

Mudanças no balanço da distribuição do trabalho camponês entre a produção direta dos meios de vida e a produção de excedentes podem ocorrer quando os filhos casam ou saem da casa dos pais. Esse balanço depende essencialmente do caráter fami-

liar e grupal da mão-de-obra nele envolvida. Deve-se considerar que normalmente as próprias crianças já estão envolvidas na produção agrícola. A saída dos jovens e o envelhecimento dos pais repercutem diretamente no modo como essa agricultura é organizada e funciona. Decadências familiares não significam, por isso, declínio e extinção do mundo camponês, não significam necessariamente uma tendência histórica. São apenas expressões de uma oscilação cíclica própria desse mundo, embora nessa oscilação, em ritmo mais lento, possa estar contida uma tendência histórica.

Obrigações cerimoniais podem afetar esse equilíbrio e produzir consequências irremediáveis: um casamento, um funeral, um batizado podem comprometer esse equilíbrio por longo tempo. Às vezes, há adaptações sociais, mudanças nos costumes para ajustar a sociabilidade àquilo que comporta a economia camponesa. Em algumas áreas do Alto Paraíba, em São Paulo, o mutirão, que existiu até há poucos anos, foi perdendo sua importância social. O ônus de organizá-lo implica em cuidadoso balanço de possibilidades e da existência de recursos que vão além do que seria a mera remuneração da força de trabalho. Na região de Piracicaba, José César Gnaccarini



observou o aparecimento e a disseminação do casamento por rapto, geralmente rapto consentido, como forma de evitar as onerosas celebrações nupciais. É uma forma de invocar alegações de honra para evitar a desonra da festa em casamento que não resulta da obediência do código de honra, casamento em que a moça foi roubada e, presumivelmente, desonrada. Com isso, a tradição é protegida e seu custo é evitado<sup>5</sup>.

3. O operário se situa no mundo através do *seu trabalho*. Seu trabalho não se oculta no produto, pois é por ele vendido especificamente como trabalho. As relações de trabalho são suas relações primárias e fundantes. São as relações que ele tem em primeiro lugar, no sentido de que sem elas ele não poderia existir como operário. Evidentemente, a vida social do operário não se esgota no trabalho e nos relacionamentos que ele estabelece a partir do trabalho; primeiramente com o capital, que lhe compra a força de trabalho.

3. O camponês se situa no mundo através do *seu produto*. Seu trabalho se oculta no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato a seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital.

Embora essa relação invisível seja, em graus variáveis, fundante de sua existência como pessoa e consciência, suas relações sociais imediatas são outras. São as relações de família. Diferente do operário, cuja família é essencialmente a família

5. Cf. Gnaccarini, José César A. "Organização do trabalho e da família em grupos marginais rurais do Estado de São Paulo", in *Revista de administração de empresas*, vol. 11, n. 1, São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, março 1971, p. 75-93. O recurso ao casamento por rapto, como forma de evitar as despesas do casamento civil, já havia sido registrado por Antonio Candido em estudo de 1954. Cf. Candido, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito (Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, p. 186.

Há outras relações sociais que atravessam o seu mundo que completam e complicam os seus relacionamentos. É um engano supor que as relações sociais que fazem parte da vida do operário são apenas desdobramentos secundários das relações primárias estabelecidas através do trabalho. Em sua vida há relações sociais de outras épocas, que não nascem no ato do nascimento da relação entre o capital e o trabalho<sup>6</sup>. As relações de família, por exemplo, são anteriores às relações sociais de produção que engendraram a figura do operário. É verdade que essas relações de família se adaptam, ainda

nuclear, no campo e para o camponês é quase sempre a família extensa, constituída por várias gerações, que vivem muitas vezes próximas, no mesmo espaço. São, também, as relações de vizinhança, a comunidade, no bairro rural, no povoado, no patrimônio, na corrutela, na "rua".

Não é incomum que essas sociabilidades vicinais expressem, na verdade, uma teia de relações parentais<sup>7</sup>. Às vezes, em comunidades mais antigas, todos são parentes de todos, parentescos construídos ao longo de muitos anos e até de séculos. Há casos extremos e raros, em

6. "O trabalhador brasileiro ainda se acha dominado pelo estado de espírito de quem perdeu a segurança material e não sabe como conquistá-la sob outras formas. As suas vinculações recentes com o mundo rural comunitário não o deixam perceber que a liberdade relativa que a nova ordem lhe propicia é a única via por meio da qual ele pode lutar e reconquistar a segurança material. "Em parte, é na procedência heterogênea e recente do proletariado brasileiro que se encontram os motivos da sua lenta aquisição de uma consciência de classe orientada segundo os seus interesses imediatos e mediatos" (cf. Ianni, Octavio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, p. 105-106). "Na definição da situação e das relações do operário com a fábrica, a máquina, o capataz, o gerente, etc. persistem elementos vividos, de tipo comunitário, que se interpõem entre as pessoas e as coisas. Por isso, a definição de outro não é política, segundo a conotação para a qual tendem as relações entre comprador e vendedor de força de trabalho. "[...] Como a consciência de classe produz-se numa situação em que as experiências vividas impregnam o presente, muitas vezes de modo decisivo, a consciência do proletariado na fase de sua incorporação ao universo capitalista está repassada de padrões e perspectivas de caráter inautêntico. O passado e o futuro biográficos pesam na consciência dessas pessoas" (cf. Ianni, Octavio. *Estado e capitalismo - Estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 159).

7. Cf. Candido, Antonio, *ob. cit.*, p. 56.

que lentamente, às relações próprias da condição operária.

Nas regiões industrializadas e altamente urbanizadas, quando se compara o padrão de organização da mesma família em duas ou três gerações, nota-se imediatamente uma redução no número médio de filhos da família que se tornou família operária. Quando a família é de origem rural, essa redução pode estar relacionada com a transformação da família de unidade de produção em unidade de consumo.

Na economia organizada em bases estritamente capitalistas, especialmente na fábrica, a unidade de produção é o trabalhador isolado. Mesmo que pais e filhos venham a trabalhar na mesma empresa, o contrato de compra de sua força de trabalho é com cada um, isoladamente, sem que haja entre eles, no interior da empresa, relações outras que não estejam mediadas pelo capital, como ocorre com todos os outros trabalhadores.

No interior da fábrica, não prevalece entre eles, membros de uma mesma família, sua vontade pessoal, ou, por exemplo, a relação de autoridade que há entre pai e filho. Na fábrica, onde as relações

diferentes lugares do país, em que os casamentos endogâmicos têm efeitos biológicos visíveis, como a proliferação de anões ou a ocorrência de casos de hermafroditismo, como fiquei sabendo de uma comunidade no Piauí.

No caso das populações camponesas, o mercado e o dinheiro é que atravessam suas relações sociais, não raro de modo desagregador, como anomalia. Provavelmente, por isso, no imaginário camponês, o dinheiro e a mercadoria tendem a aparecer como expressões de forças malélicas, dotadas de um poder próprio, como um perigo, fora do controle das pessoas.

Num movimento milenarista ocorrido entre os índios Krahô, de Goiás, há algumas décadas, numa fase ainda de contato incipiente com os brancos da frente de expansão, o sonho milenário invertia a relação entre brancos e índios<sup>8</sup>. Estes passavam a ser os dominadores daqueles, trazendo do céu carros carregados de mercadorias. Na literatura de cordel não é difícil encontrar textos em que o inferno parece um supermercado, um lugar cheio de mercadorias. E certa vez um tra-

8. Cf. Melatti, Julio Cesar. *O messianismo Krahô*, São Paulo, Herder/Edusp, 1972. Cunha, Manuela Carneiro da. "Logique du mythe e de l'action (Le mouvement messianique Canela de 1963)", in *L'Homme - Revue française d'anthropologie*, tome XIII, n. 4, Paris-La Haye, Mouton & Co., Octobre-décembre 1973.

são formais e contratuais, pode até ocorrer do pai ser um subordinado do filho, devendo-lhe obediência e acatamento. No limite, em função da própria racionalidade do capital na produção, pode acontecer do filho ter que demitir o pai para substituí-lo por outro trabalhador. Porque, na verdade, esse filho-chefe na empresa cumpre uma vontade que não é sua, mas do capital, da coisa que o usa, que dele se vale como seu instrumento para fazer com que o processo de produção de que ambos são parte produza a única coisa que interessa, o lucro.

Os que estão vinculados a alguma instituição religiosa estão também, por esse vínculo, situados num tempo que é diverso daquele que define a relação de trabalho do operário. Esta relação é formal e contratual. Nela não interferem as concepções religiosas diretamente. Isso não quer dizer que não interfiram de vários modos até mesmo no processo de produção. Os operários cuja vida é regada pela ética protestante provavelmente se ajustam melhor à disciplina fabril, incorporada como se fosse um dever moral e religioso. Outros operários podem

balhador rural explicou-me que somando o valor nominal inscrito no elenco das notas do dinheiro então em circulação o resultado seria 666, o número da Besta-Fera.

Essas concepções indicam uma aguda percepção, e uma modalidade camponesa de consciência, da coisificação das pessoas através dessas mediações. Elas nos mostram que a coisa produzida pelo trabalho humano dele se tornou independente, com vida própria, como coisa estranha e adversa ao produtor. A consciência camponesa faz um contorno "por fora" da realidade imediata para perceber o poder alienador da mercadoria e do dinheiro, seu equivalente geral. Por isso, ela expressa de modo mais completo a crítica do capitalismo e da modernidade. Mas, por isso também, ela expressa deformadamente, de modo místico e milenário, pré-político<sup>9</sup>, a alienação no mundo capitalista e a diversidade antropológica dessa alienação.

Enquanto no operário o que se manifesta é o *indivíduo*, o fragmento a que ele foi reduzido pela contratualidade das relações sociais, no camponês manifesta-se a

9. Sobre o tema dos movimentos sociais pré-políticos e da respectiva consciência pré-política, cf. Hobsbawm, Eric J. *Rebeldes primitivos - Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX* [trad. Joaquín Romero Maura], Barcelona, Ariel, 1968.



tentar dar um caráter religioso ou mesmo mágico à sua relação com máquinas e ferramentas. É o que se pode ver, às vezes, quando uma imagem religiosa ou uma effigie religiosa é colocada perto da máquina ou do local de trabalho.

Isso apenas sugere que relações sociais de origens diferentes e datas históricas diferentes podem se adaptar reciprocamente, sem grande dificuldade, sem que uma se reduza necessariamente à outra. Isso, porém, não quer dizer que não haja influências recíprocas entre essas relações, como vimos no caso da família.

A lógica de uma modalidade de relação social tende a submergir na lógica daquela que domina, no caso a relação capitalista de produção. E como vimos no caso da religião, nesse caso a tendência é atenuar e até mesmo suprimir um certo misticismo próprio de relações outras, como as do camponês com sua terra.

Poderíamos, ainda, falar de outras relações sociais, como as de lazer, as de vizinhança, etc., que têm suas peculiaridades, seu próprio ritmo e encerram concepções e justificativas específicas, até porque têm outras origens. Essa diversidade de relacionamentos se mantém ou se modifica em função do modo como neles influi, limitando-os ou não

peessoa, o ser inteiro ainda que mediado pela coisificação da mercadoria.

A consciência do operário expressa a consciência do indivíduo vinculado aos seus iguais pelo contrato de trabalho e pelas relações de interesse de sua classe. Vínculo contratual que se estende com intensidades variáveis às outras relações sociais: a contratualidade dos relacionamentos está presente em tudo, do casamento ao trabalho, da família à classe social.

A consciência do camponês expressa a consciência da pessoa, que é extensão da família e da comunidade e dos laços comunitários. É mais uma consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real, um corpo natural de que se faz parte desde sempre, desde o nascimento.

Já o operário é parte do corpo coletivo estritamente por força do vínculo de trabalho, um corpo abstrato, contratual, que se dissolve na própria consciência operária a partir da mera situação de desemprego. É a produção que faz do operário um membro de sua classe e não o nascimento e o pertencimento natural.

Por isso, nas comunidades camponesas tradicionais, no limite, o trabalho e a festa se mesclam nos mutirões, nas festas celebrativas do fim da colheita, como a Festa do Divino, ou

às relações fundantes, que são aquelas acima mencionadas, próprias e definidoras da condição operária.

Portanto, o vínculo com a sociedade não é, no caso do operário, substantivamente, um vínculo pessoal e direto. É um vínculo mediatizado, pelas coisas visíveis e invisíveis, que se interpõem entre ele e os outros e, até, entre ele e ele mesmo.

Isso tem uma razão de ser. É que, embora o vínculo do operário com o capital seja um vínculo contratual, que exige a sua individualização, que exige que vista a máscara de indivíduo só e isolado, de fato é uma relação de trabalho em que o seu trabalho se dilui na massa de trabalho de todos. Ele é individualmente produtor de trabalho social. Seu trabalho é fragmento, é atividade que se junta e se dá simultaneamente às atividades dos outros operários.

Mas ele é sobretudo agente de trabalho social porque a divisão do trabalho que o anexa à linha de produção faz com que ele se torne apenas um membro do corpo coletivo que produz a riqueza. Seu trabalho é social, ainda, porque

nas festas propiciatórias que antecedem o novo plantio, como a Festa de São João<sup>10</sup>. O trabalho é aí substancialmente diverso do trabalho fabril e operário que o capital reduziu a mera quantidade de material.

Entre nós, ainda persistem as Festas do Divino, há séculos deslocadas do calendário litúrgico para o calendário agrícola, para indicar, justamente, a gratidão pela colheita, a sacralidade do trabalho. São festas da fartura. São também festas da generosidade comunitária, da partilha, da comunhão e da refeição comunitária nos vários dias da sua ocorrência. Numa escala menor, em outro momento do calendário religioso e agrícola, as Folias de Reis, os Reisados, do tempo da pamonha e do milho verde.

O vínculo do camponês com a sociedade é um vínculo pessoal; a pessoa inteira se põe nele, e não apenas aquilo que diz respeito ao trabalho. É, também, um vínculo mediado pelo caráter de mercadoria, que seus produtos, real ou potencialmente, têm. Mas essa mediação não lhe aparece como mediação primária e fundamental, embora ela seja, sem dúvida

10. Cf. Araújo, Alceu Maynard. *Poranduba Paulista*, São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1958, esp. 7-79. Brandão, Carlos Rodrigues. *O Divino, o santo e a senhora*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura - FUNARTE, 1978, p. 68. - *Os Caipiras de São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1983, esp. p. 48s.

seu salário é a fração dinheiro que resultou da conversão do produto em dinheiro no mercado.

O preço do produto que ele produziu para o capitalista que lhe paga o salário é determinado pelo mercado, longe das vontades individuais de trabalhadores e capitalistas. Em princípio, o preço pago pelo produto que está sendo vendido é a contrapartida do valor que o produto tem, isto é, do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso quer dizer que não é exatamente o tempo gasto de fato na produção daquele artigo, daquele bem, que determina o seu preço.

Um produto pode ser o resultado de um processo de trabalho atrasado, lento, em que é necessário muito tempo para produzir uma coisa determinada. Nos setores em que o processo de trabalho é mais rápido, em que é necessário menos tempo de trabalho para produzir uma determinada coisa, a mercadoria conterà menos tempo de trabalho e, portanto, menos valor. Essa mercadoria produzida mais rapidamente afetará e determinará quanto vale, qual é o seu valor, qual é o tempo de trabalho socialmente necessário de produção que ela e a outra contém. Aquela que foi produzida mais lentamente terá mais valor do que a outra, porque há nela mais tempo de trabalho. Mas, o

causa de problemas, desagregações, mudanças e sofrimentos ou alegrias. Mas, é sempre uma mediação irreconhecível, que se manifesta no caráter problemático e reconhecidamente misterioso e mágico do dinheiro e da mercadoria.

Justamente nesse mistério está o caráter social do seu trabalho, que aparece à sua consciência como trabalho pessoal e da família. Mesmo que sua situação social não lhe permita clara e ampla consciência do que é o mundo das mercadorias e do dinheiro, mesmo que com ele mantenha uma relação residual através dos excedentes que comercializa, o camponês tem sua existência mediada e constituída por essa forma peculiar e marginal da mercadoria que produz.

Nas situações de maior integração no mercado, em que parte ponderável do tempo do camponês e de sua família é dedicada à produção de mercadorias, ainda assim têm elas um certo caráter de excedente. Porque, no geral, o agricultor familiar mesmo especializado na produção de fumo, milho, feijão, suínos, soja, mandioca, frutas ou o que for, tende a produzir diretamente seus meios de vida, aquilo que se destina ao consumo diário da própria família.

Nesse sentido, os problemas que o mercado e o dinheiro

mercado, na troca de mercadorias, é que dirá que a mercadoria de produção mais lenta terá de fato o mesmo valor da produzida mais rapidamente, quando uma for considerada equivalente da outra. O valor a mais de uma não poderá ser realizado.

Isso tudo para dizer que não é a vontade nem a necessidade do trabalhador que lhe dirá quanto efetivamente vale o seu trabalho. Ele não poderá visualizar aquilo que interfere tão poderosamente em sua vida, de modo invisível. Seu vínculo com o mundo é através do trabalho socializado.

podem trazer e trazem para o interior dessa produção mercantil simples podem ser atenuados pela produção direta de parte ou de tudo aquilo que é necessário à sobrevivência. Situação diferente da do operário, que pode ser integralmente alcançado por qualquer crise econômica, no desemprego, na redução dos salários, no aumento do custo de vida, etc.

Quando o agricultor familiar mergulha plenamente na divisão do trabalho social e se torna um produtor especializado, mergulha também nas incertezas e nos mistérios do mercado, expressões de uma vontade que não é a sua. A possibilidade de ganhos altos com a produção da soja, anos depois desta exposição, levou muitos pequenos agricultores do sul à ruína e à miséria, pois não tinham a sobrevivência assegurada por sua própria produção de gêneros de subsistência. Toda a terra disponível fora ocupada pela soja. Bastou os consórcios americanos despejarem no mercado a soja acumulada, para que os preços despencassem e a soja produzida pelos pequenos agricultores do sul tivesse que ser vendida por menos do que "valia".

Essa característica do capesinato adiciona elementos de conservadorismo na mentalidade e no modo de vida do camponês.



Quando se sente motivado a lutar "contra o capitalismo", sua luta é uma luta residual, decorrente de um vínculo residual com o mercado e o capital e de uma consciência residual e parcial de sua situação social.

Seu vínculo com o mundo é esse, residual, que é também seu limite de compreensão desse mundo e de sua ação sobre esse mundo. É o vínculo de um solitário, confinado à sociabilidade imediata da família, da comunidade e da paróquia<sup>11</sup>. Não é o vínculo de alguém mergulhado diretamente no mundo que o capital criou.

4. Independentemente de sua vontade pessoal, o operário está voltado para "fora", para o mundo da mercadoria e dos relacionamentos sociais dela derivados, para a sociedade inteira, mesmo que não tenha expressa consciência disso.

Seu modo de inserção no processo do capital, através do trabalho, demarca o âmbito de sua consciência possível. Ainda que no dia-a-dia sua consciência social seja uma consciência cotidiana, as circunstâncias de seu viver e de seu agir abrem-lhe a possibilidade de ganhar uma compreensão, no limite, totalizadora da realidade em que vive e que constrói com seu trabalho.

4. Independentemente de sua efetiva inserção no mundo da mercadoria, o camponês está voltado para "dentro", para o pequeno mundo concreto que conhece e identifica, como a família e o bairro, isto é, a vizinhança e a comunidade.

Mesmo que cada vez mais alcançado pela dispersão e pelas migrações que a pobreza e o caráter cíclico da produção combinados viabilizam e induzem, a família e a comunidade continuam sendo grupos sociais de referência do trabalhador rural. Mesmo definitivamente na cidade e fora da agricultura, quem

11. Sobre o paroquialismo camponês, cf. Sereni, Emilio. *Il Capitalismo nelle campagne*. Torino, Piccola Biblioteca Einaudi, 1968, *passim*.

Mesmo que, evidentemente, esteja inserido em relações de família, a família é aqui, geralmente, uma unidade social de referência mínima, reduzida à chamada família nuclear, constituída pelo casal e pelos filhos. Filhos que um dia, também, se deslocarão segundo as regras e conveniências do mercado de trabalho. O que agrupa não é, primariamente, o afeto e o parentesco e sim a produção. As pessoas não são de um lugar, mas de um emprego transitório e temporário. A vizinhança é basicamente uma vizinhança passageira, continuamente dilacerada pelas mudanças de casa e de bairro, pelas migrações, pelo não voltar a ver-se. No limite, nos prédios populares de apartamento, mais sociabilidade de vizinhança têm as crianças do que os pais, que geralmente mal conhecem seus vizinhos de porta, a conversação e a convivência no limite reduzidos a um mero e ocasional cumprimento.

Quando o operário se envolve em atividades e lutas "comunitárias", envolve-se invariavelmente em relações de interesse e, portanto, já não pode constituir e manter verdadeiras relações de comunidade. Isto é, são relações racionais com relação a fins, mesmo que os fins sejam sociais e não estritamente pessoais. A figura desses relacionamentos é o indivíduo e seus interesses. Suas relações sociais

saiu do mundo rural continua por longo período ainda mantendo essas referências sociais. Nas grandes cidades brasileiras, isso pode ser constatado nas estações rodoviárias: linhas de ônibus regulares para remotos lugares do sertão, literalmente mantidas por esses migrantes no retorno periódico ao lugar de origem. A condição operária não cria esse vínculo de pertencimento porque suas relações sociais são qualitativamente diferentes e outras.

As atividades e lutas sociais tendem a ser lutas verdadeiramente comunitárias, motivadas pelo sentimento do dever em relação ao outro, pelo elementar motivo de que o próprio camponês é membro do corpo coletivo do "nós", de que o outro faz parte. São relações de reciprocidade, motivadas por uma orientação social básica que tem o outro como referência.

Quando deslocado de seu mundo comunitário para o interior de relações contratuais de mercado e de trabalho, o camponês tende a se confundir. Não é raro que atribua ao patrão virtudes patriarcais próprias de seu mundo de origem e que interprete como relações paternalistas as relações que de fato são contratuais. Essa mentalidade tende a se projetar intensamente para fora das relações de trabalho,

são relações orientadas para o "eu", em que o "outro" entra no geral como um associado ocasional por um interesse comum apenas circunstancial. A classe social pode assumir formas e características corporativas, mas de fato não pode assumir características verdadeiramente comunitárias.

5. O mundo do operário e a identidade do operário são *constituídos pelo antagonismo* de classe. Esse antagonismo oscila entre o mero antagonismo de interesses entre o empregado e o patrão (um querendo ganhar mais e outro querendo pagar menos) e o efetivo antagonismo de classe social, dominado pela consciência de que o que separa o mundo de um e de outro é a contradição entre o capital e o trabalho. Contradição que opõe, na sociedade capitalista, o trabalho *social* à apropriação *privada* dos resultados do trabalho. Portanto, contradição que anuncia, ao mesmo tempo, uma possibilidade social do trabalho e o bloqueio a que essa possibilidade se realize.

É o trabalho social e sua específica competência para criar a riqueza moderna que anuncia o que é socialmente possível e que está objetivamente negado nas privações de quem trabalha. Essa

como se viu no demorado fenômeno do populismo político<sup>12</sup>.

5. O mundo do camponês e a identidade do camponês *não são necessária ou fundamentalmente constituídos por antagonismos internos à sua situação social*. Eles são *destruídos* pelos antagonismos sociais. Se eventualmente houver antagonismos entre o camponês e o proprietário da terra, o que é menos comum na situação brasileira, esse é um antagonismo que vem de "fora" da situação camponesa.

Mesmo que objetivamente possamos dizer que de algum modo o camponês é um trabalhador para o capital, como muitos fazem, a possibilidade dessa percepção por parte do próprio camponês é remota, quase sempre postiza consciência introduzida por agentes de fora da realidade camponesa.

Sociologicamente, porém, o que importa é saber quais são as condições de compreensão da estrutura de relações sociais em

12. Cf. Ianni, Octavio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Cit., *passim*.

contradição não propõe apenas e simplesmente o conflito de interesses, como é comum nos que fazem o discurso sindical, ou o mero discurso humanitário em favor dos pobres.

Independentemente da vontade subjetiva do próprio trabalhador, demarcada por sua *inevitável alienação*, e independentemente do voluntarismo partidário dos que falam em nome dos pobres, a contradição propõe a sua *inevitável superação*. Uma superação, porém, que precisa ser *construída*, que depende de superações progressivas da própria alienação, de progressiva descoberta desse possível proposto na própria situação de classe.

Para compreender o historicamente possível que se anuncia e propõe na situação de classe do operário e, portanto, a crítica que ele encerra ao capitalismo e a prática que viabiliza, é preciso ter em conta a questão do tempo social contido na situação da classe operária. Um tempo que não é mais do que intuído na consciência cotidiana do operário e que só tem se viabilizado como alternativa de ação na socialização das possibilidades que ele contém. Isto é, na medida em que essa percepção se difunde nas diversas classes e categorias sociais que, de algum modo, possam compreendê-la e elaborá-la interpretativamente. A experiência operária, o vivido, não é em si esma, imediatamente, consciên-

que o camponês está inserido, compreensão por parte do próprio camponês, como virtualidade de sua situação social.

Mesmo que submetido a mecanismos de exploração por parte do capital, é exploração inteiramente diversa da exploração que sofre o operário. Não é uma exploração cotidiana, presente em cada momento do processo de trabalho. É exploração que se torna evidente na consumação da venda dos produtos do trabalho e na contrapartida daquilo cuja compra essa venda possibilita.

Como, no limite, o camponês pode sobreviver de seus próprios meios de vida, seus antagonismos mercantis não se tornam evidentes senão em condições e circunstâncias especiais. Isto é, sua reprodução social não é significativamente atravessada e ameaçada pela presença imediata da outra classe social, a classe que o explora.

Quando a exploração se torna evidente e seu mundo comunitário ganha visibilidade como classe social, como meio que o capital utiliza para ampliar os ganhos propriamente capitalistas, suas demandas e lutas se tornam, no geral, lutas anticapitalistas. Isto é, não são lutas para superar e transformar o capitalismo, para resolver sua contradição fundamental que está na produção social e na apropriação

cia operária e projeto histórico, mas fundamento e referência de compreensão da história do presente.

Diferente do que ocorre com o camponês, o operário vivencia o processo social como ser fragmentário, como indivíduo e não como pessoa. Sua condição de pessoa está oculta e só se chega a ela por mediações interpretativas, quando o próprio operário se compreende como vítima de processos alienadores e como ser de contradições.

Diferente do que ocorre com o camponês, a vivência do operário é a vivência do processo de trabalho. Isto é, o operário percebe e se percebe imediatamente no processo de reprodução das relações sociais, como agente de um processo de contínua recriação do mesmo, de contínua repetição de gestos, procedimentos e entendimentos.

Esse processo se rompe longe dos olhos do operário e longe de sua compreensão imediata. A ruptura se dá na acumulação de capital. É a acumulação que pede ou recomenda inovações tecno-

privada dos resultados dessa modalidade de produção.

São lutas antagonicas, frequentemente demonizadoras de pessoas e negadoras de todas as características constitutivas da sociedade capitalista, mesmo aquelas que já representam a realização das possibilidades sociais abertas e viabilizadas pelo capital.

Por isso, as lutas camponesas tendem a essa característica, tendem a ser lutas pré-políticas. Quando politizadas, é uma politização postiça e pobre, insuficiente, dependente de referência a outras classes sociais, em particular a classe operária. Só em circunstâncias muito peculiares e limitadas essas lutas podem se juntar às lutas operárias no sentido de uma transformação social profunda<sup>13</sup>.

Muito mais facilmente do que a classe operária, o camponês em seu protesto pode evidenciar alguns dos aspectos mais desumanos do processo do capital, geralmente aspectos imperceptíveis para a classe operária. É que, historicamente, com o desenvolvimento do capitalis-

13. "[...] é o proletariado que fornece aos membros das outras classes as possibilidades de compreensão das condições e tendências de existência social. É a situação típica da classe operária que abre possibilidades à consciência social, tanto dos próprios membros como de elementos de outras classes" (cf. Ianni, Octavio. *Op. cit.*, p. 172).

lógicas, transformações no processo de trabalho, mudanças que mudam o que é o trabalho e, não raro, tornam o próprio trabalhador supérfluo e descartável. As inovações produtivas e sociais estão divorciadas do caráter reprodutivo do processo de trabalho. Por isso, não raro, no limite, o operário só descobre o possível do capital no impossível do trabalho, no desemprego, na condição de operário em busca de trabalho e não na condição de operário no trabalho.

Portanto, a ruptura se dá no âmbito da acumulação de capital e não no âmbito do trabalho. No mais das vezes, as transformações capitalistas não são percebidas como rupturas ou catástrofes. Diversamente do que acontece com o camponês, são rupturas integrativas, que tendem a reincluir o trabalhador no processo de trabalho como trabalhador para o capital. Diferente do que se dá com o camponês em face do capital, que o capital exclui ou transforma em operário, o destino do operário está no interior do processo de reprodução do capital. Mesmo a consciência de classe que questiona o capitalismo só pode emergir no interior do processo, como consciência das contradições entre o capital e o trabalho.

O tempo que essas rupturas encerram é o *tempo do possível*, o *tempo da superação da exploração do*

mo, o camponês é condenado ao desaparecimento, à proletarianização, à transformação em operário. Na relação com o camponês, o que o capital faz é tentar separá-lo dos meios de produção, convertê-lo em força de trabalho para o capital. É o que se chama de acumulação primitiva.

As rupturas históricas, para o camponês, se dão de maneira visível, diretamente em sua vida do dia-a-dia, sem nenhuma ocultação possível que possa ser remetida causalmente ao próprio capital. Embora as causas não fiquem evidentes, na percepção das mudanças está presente quase sempre uma substantiva intuição de causas, do capital e do dinheiro como fatores de transformação social negativa para o camponês.

Por isso, as lutas camponesas geralmente não são lutas pela transformação social. São lutas contra o perecimento, são lutas pela preservação da condição camponesa, são lutas contra a conversão da terra em instrumento direto ou indireto do capital. São lutas de reconhecimento do caráter transformador da acumulação de capital no seu contrário, na destruição social que a acumulação também promove.

O tempo que elas encerram são o *tempo do pretérito*, o *tempo da resistência às transformações*, de *crítica externa do capital*. Com frequência se diz que as lutas camponesas são tradicionalistas e conservado-



*trabalho pelo capital, o tempo da crítica interna do capital e do capitalismo.*

O operário não tem condições sociais, culturais e ideológicas de adotar uma ideologia camponesa como se fosse um projeto histórico. Embora possa, culturalmente, se beneficiar da crítica totalizadora do capitalismo que a vivência camponesa possibilita e que ganha corpo e visibilidade nos movimentos camponeses, no protesto camponês. Nessas lutas, aspectos fundamentais do capitalismo são iluminados, esclarecidos e revelados à consciência social, coisa que o operário e a luta operária não podem lograr.

6. Os conflitos sociais que têm o operário como protagonista, como classe social que se opõe ao capital, são, também, conflitos internos, próprios e constitutivos do processo social na sociedade capitalista. São conflitos que propõem a inovação social, as transformações sociais, no próprio interior do processo de reprodução das relações sociais e de reprodução do capital. Isto é, que propõem as mudanças a partir das contradições internas do capital e, portanto, do processo que, ao mesmo tempo, propõe a reprodução

ras. Embora não o sejam necessariamente, são elas componentes da situação social em que usualmente floresce o pensamento conservador, no sentido clássico do conceito<sup>14</sup>. É na situação do camponês que estão presentes os elementos históricos que propõem uma visão totalizadora do processo social e da pessoa. A totalização se expressa nela completamente, sem necessidade de mediações de cunho metodológico. A tradição conservadora se funda no privilegiamento das referências de totalidade na compreensão do processo social.

6. Os conflitos sociais que têm o camponês como protagonista, como classe social que se defronta com o capital, quando não são apenas conflitos de interesse em torno de preços, tendem a ser conflitos externos, estranhos ao que se possa considerar efetivamente capitalismo. Esse é, certamente, um dos fatores que levam muitos pesquisadores nas ciências sociais a dedicar um tempo enorme à discussão sobre "modo de produção" ou sobre "formação social" para decidir se as lutas campone-

14. Um estudo sociológico clássico sobre esse tema é o de Mannheim, Karl. "El pensamiento conservador". *Ensayos sobre sociología y psicología social* [trad. Florentino M. Torner], México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1963, p. 84-183.

das relações sociais e a produção de relações sociais novas<sup>15</sup>. Essa é a forma característica da transformação possibilitada a partir da situação social da classe operária.

Os conflitos operários são conflitos latentes, inscritos nas próprias contradições que reúnem o capital e o trabalho no processo de valorização do capital. Independentemente da vontade subjetiva do operário, sua relação com o capital é conflitiva. A luta pelo salário é apenas uma luta de interesses, mas ela indica o desencontro entre o que o operário recebe e o que o operário produz. Indica, portanto, essa interioridade do conflito. Indica, também, a dimensão social da contradição que une e opõe trabalhadores e capitalistas. Indica, ainda, a dimensão oculta do modo de criação e apropriação da riqueza por meio do trabalho.

Diferente do camponês, o operário não luta, a não ser por equívoco, pela máquina em que trabalha, como o camponês luta pela terra, por sua terra de trabalho. Até porque, para o operário, seu trabalho e sua máquina são apenas fragmentos do processo de trabalho e do processo de criação da riqueza. A divisão do trabalho faz de seu trabalho, desde o ato de trabalhar, um trabalho

sas são pré-capitalistas e “antifeudais” ou se o campesinato é efetivamente uma classe social da sociedade capitalista.

Convém ter em conta que, em sua expansão, o capital não se apropria apenas da força de trabalho, destituindo completamente o artesão e o camponês dos meios de produção necessários à preservação de sua autonomia como produtor. Como convém ter em conta que o capitalismo não é formalmente o mesmo em todas as partes.

O capital precisa se apropriar do trabalho para se apropriar dos frutos do trabalho, isto é, da riqueza adicional que o trabalho pode criar em relação aos custos de reprodução da força de trabalho. Apropriar-se dos meios de produção foi o meio histórico que o capital préexistente descobriu para se apropriar da mais-valia. Mas, uma vez constituído o sistema capitalista, o capital teve e tem tido condições de se apropriar da mais-valia, mesmo dos trabalhadores que ainda não foram separados de seus meios de produção. É o caso dos camponeses que para comercializar seus produtos tornaram-se dependentes dos setores comerciais intermediários e dos setores finan-

15. Cf. Lefebvre, Henri. *La survie du capitalisme – La re-production des rapports de production*. Paris, Anthropos, 1973, esp. p. 57-126.



social. O camponês que ainda produz diretamente seus meios de vida, mesmo que produzindo matérias-primas para a indústria, entra na divisão social do trabalho de outro modo.

O caráter social de seu trabalho se oculta no produto, na medida em que esse produto já é produto que pode se realizar no consumo. Coisa que não acontece com os produtos fragmentários do trabalho do operário ou com os gestos fragmentários do trabalhador coletivo na linha de produção.

Além do mais, como tendência geral, o operário já não domina o integral conhecimento envolvido naquilo que produz. O capital se apropriou do velho e sofisticado conhecimento dos velhos artesãos e dos trabalhadores da manufatura. E o decompôs para recompô-lo, elaborado e desenvolvido, num operário coletivo que é, no geral, a linha de produção.

A sujeição do trabalho ao capital tornou-se sujeição real: o trabalhador já não tem como trabalhar sem se sujeitar ao capital; ele se tornou mera extensão da máquina e de um processo de trabalho que já contém em si mesmo o saber que o alimenta<sup>16</sup>.

ceiros de que o grande capital se apropriou.

Além disso, a situação do camponês é peculiar, porque seu principal instrumento de produção é a terra. A terra, porém, que ainda é a base física da produção agrícola, é um instrumento não-capitalista de produção, pois ela própria não é produto do capital, como ocorre com os outros meios de produção. Ela não é, senão contabilisticamente, capital constante. Para que a agricultura entre no circuito capitalista de produção é necessário fazer investimentos de capital, não só o capital constante representado por máquinas e ferramentas, sementes e insumos, mas também em capital variável, o pagamento do trabalho de quem trabalha, o salário. Ou o capital variável do salário oculto de quem trabalha em lavoura própria.

A terra representa, portanto, uma irracionalidade quando convertida em equivalente de capital, quando é preciso pagar por ela. Essa irracionalidade é a renda da terra capitalizada, o preço da terra. A renda territorial representa uma dedução do

16. Marx distingue dois níveis históricos de realização do modo capitalista de produção: o modo de produção capitalista, centrado na sujeição *formal* do trabalho ao capital, e o modo de produção *especificamente* capitalista, centrado na sujeição *real* do trabalho ao capital. A distinção entre classe operária e campesinato depende de que se considere essa concepção fundamental. Cf. Marx, Karl. *El capital – Libro I – Capítulo VI (Inédito)*. [Trad. Pedro Scaron], Buenos Aires, Signos, 1971, esp. p. 56-63.

Não é estranho, portanto, que em momentos de crise do trabalho, crises de desemprego, seus conflitos de interesse sejam atenuados e sua luta pelo trabalho se torne, na verdade, luta pelo emprego. Isso quer dizer que, na impossibilidade de uma apropriação social do capital, a luta operária pode refluir para uma luta pela preservação do capital e pela preservação das relações capitalistas como forma do operário preservar-se como operário para o capital, como operário empregado. As lutas operárias só têm sentido como lutas no interior do processo capitalista de reprodução do capital.

capital disponível para fazer o empreendimento agrícola funcionar como empreendimento capitalista. Essa é a razão pela qual o grande capital prefere não se tornar proprietário de terra, para poder atuar como agente efetivamente capitalista. Essa é a razão, também, pela qual o grande capital prefere, muitas vezes, assegurar que o camponês sobreviva, obrigando-o a modernizar-se, isto é, a tornar-se um capitalista pequeno ou um trabalhador que vive como trabalhador, mas que produz como pequeno capitalista para o capital.

Seu conflito com o capital pode se abrir em duas frentes. Ou a luta pela terra quando se defronta com o especulador imobiliário que há no capitalista do capitalismo rentista, como o nosso, diferente do capitalismo clássico, europeu e americano. O capitalista cujo ganho, além do lucro, inclui a renda da terra. Ou a luta pela elevação de preços ou pela redução de juros, um característico conflito de interesses, próprio da sociedade capitalista e não estranho a ela, que não representa, de fato, nenhuma possibilidade de superação do capitalismo.

O mais importante desses conflitos, do ponto de vista histórico, é a luta pela terra. Na verdade, uma luta pelo capitalismo moderno contra o capitalismo rentista, o capitalismo do capita-



lista que vive de lucro e renda da terra, que tenta suprimir a irracionalidade da renda territorial sem suprimir o latifúndio, tornando-se ele próprio capital latifundista.

A luta pela terra difere completamente da luta entre o capital e o trabalho. Ela não propõe a superação do capitalismo, mas a sua humanização, o estabelecimento de freios ao concentracionismo na propriedade da riqueza social e à sua privatização sem limites. Ela propõe o confronto entre a propriedade privada e a propriedade capitalista. E proclama a superioridade social e moral da agricultura familiar, que na propriedade privada se apóia.

Mesmo que os trabalhadores rurais adotem formas comunitárias de apropriação da terra, porque inseridas na lógica do capital, essas formas tendem a ser variantes sociais ricas e criativas da propriedade privada, verdadeiros condomínios. Anunciam, sem dúvida, a possibilidade de sujeição da propriedade à sua função social e nesse sentido indicam a presença contraditória de uma transformação e de um tempo que é futuro, uma certa utopia.

Mas, ao mesmo tempo, a luta pela terra põe em questão o direito de propriedade e o regime em que ele se funda, o da propriedade privada como fundamento

da propriedade capitalista. É nesse sentido que a luta pela terra questiona o sistema em seu conjunto e propõe, no fundo, que o sistema seja reinventado. Tentativas de fazer História revendo o passado, mais do que antecipando o futuro, resultam diretamente dessa circunstância estrutural, dessa referência inevitável.

É nesse sentido que *a luta pela terra questiona o capitalismo, questionando uma forma de capitalismo*. É nesse sentido que ela, querendo ou não, propõe uma visão totalizadora e crítica do que é o capital, de seus efeitos socialmente desagregadores.

Uma certa consciência do que é o capital como antagonismo existe no camponês também, porque, mesmo como trabalhador para o capital, integrado no processo de reprodução ampliada do capital, sua sujeição tende a permanecer como sujeição formal. Isto é, ele se sujeita formalmente, mas não realmente, ao capital, pois preserva integralmente o conhecimento, o saber, necessário à produção, além de que seu produto é produto acabado, mesmo que destinado a ser matéria-prima de processo de produção mais extenso, na indústria.



7. A consciência operária é permanentemente mediada pelo conflito constitutivo da estrutura de classes. Isso não quer dizer que a consciência operária seja necessariamente, todo o tempo, uma consciência da luta de classes. Quer dizer, no entanto, que mesmo não tendo as classes sociais objetivamente visibilidade constante como tais, os elementos próprios dessa conflitividade se manifestam todo o tempo de diversos modos, sob diversas formas. As classes sociais são *classes em si*, independentemente da vontade de seus membros, o que não as torna necessariamente *classes para si*<sup>17</sup>.

De fato, sociologicamente, a condição de classe se manifesta apenas em situações e circunstâncias específicas. No mais das vezes, a consciência operária tende a ser uma consciência de classe diluída, esfumada, permeada por mediações estranhas à situação de classe, na relação com a existência objetiva da classe operária e as contradições que nela se expressam.

7. A consciência camponesa não é permanentemente mediada pelo conflito constitutivo da estrutura de classes. Porque o conflito propriamente de classes não se instaura de modo constante e cotidiano na sua situação social. Isso não quer dizer que não haja conflitos de interesses cada vez mais presentes na vida das populações camponesas, disputas em torno de preços, empréstimos, juros.

O agricultor familiar, que, ainda que modernizado, é o nosso característico camponês, é dono dos meios de produção, é um produtor autônomo. Sua relação com o capital não se dá por meio da exploração direta de seu trabalho pelo capitalista. A exploração de seu trabalho aparece ocultada na extração de renda fundiária, aparece sob a forma de pagamento de renda da terra.

Isso não quer dizer que não exista no campo o operário agrícola, o assalariado que, esse sim, se defronta diretamente com o capital que utiliza e explora seu trabalho.

17. Numa linha de interpretação mais claramente sociológica do que a do esquematismo do *Manifesto Comunista*, escrito por Marx e Engels, o tema das relações e desencontros entre a situação de classe social e a complexa diversidade dos elementos constitutivos da consciência de classe está tratado, a partir de um acontecimento histórico, em Marx, Karl. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", in Marx, Karl & Engels, Frederic. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro, Vitória, v. I, 1956, p. 199-285, esp. p. 276-277.

Convém sempre lembrar que a consciência que o operário tem de sua classe é atravessada necessariamente por mecanismos ideológicos alienadores, ilusões e deformações, cuja função social é a de torná-lo acima de tudo agente ativo da reprodução da sociedade e não agente ativo de sua transformação.

No próprio processo de produção capitalista, que é o processo de sua exploração e, portanto, o processo de extração da riqueza não paga, há mecanismos ilusórios dele constitutivos, que impedem a percepção do que efetivamente está sendo produzido: o valor que ultrapassa a reprodução da própria força de trabalho como propriedade de quem explora o trabalho.

Do mesmo modo que o operário percebe sua assimilação pelo processo do capital como integração e não como exploração e privação, percebe ilusoriamente sua presença em outros âmbitos da realidade social. Essa assimilação o torna produtor de mercadorias, de coisas.

Sua inserção no mundo social se dá, portanto, indiretamente, através de mediações, por meio das coisas que produz. Ao produzir coisas e ao ver-se como produtor de coisas e produtor de relações sociais que não existem senão por meio das coisas, das mer-

O conflito de classes, no mundo camponês, está essencialmente na posse da terra. Em nosso país, é a terra que pode estar no centro do conflito de classes do camponês, do agricultor familiar. É, portanto, um conflito que não atinge toda a classe nem mesmo a sua maioria. O conflito se instaura quando há disputa pela posse da terra ou disputa em torno da renda da terra.

Num extremo, temos tido o caso dos posseiros, ocupantes de terra que não dispõem de título de propriedade ou cujo título está sujeito a litígio. No outro extremo, os trabalhadores em terra alheia que pagam uma renda fundiária em trabalho, espécie ou dinheiro para ter acesso à terra de trabalho. Neste último caso, o conflito de classes é o conflito em torno da renda, em torno do instrumento de produção, da condição da produção, e não primariamente em torno da apropriação dos resultados da produção.

A renda constitui um tributo que o produtor paga ao dono da terra, uma dedução de seus próprios ganhos. Essa é uma relação invertida quando comparada com a relação operária: o operário também sofre uma dedução na riqueza que produz, recebe menos do que o valor que criou. A dedução, porém, é disfarçada pela equivalência aparente entre o salário recebido e as horas trabalhadas.

cadorias, é a relação social coisificada que o socializa, que se propõe como alteridade na sua constituição como ser social. Ele se torna, pois, socialmente produto da coisificação dessa relação social mediada pela coisa, pela mercadoria. Ele se desumaniza nessa relação e nessa socialização. Ele se torna produto do seu produto<sup>18</sup>. Ele se vê ao contrário do que efetivamente é – produtor de coisas e de relações sociais, de idéias e de interpretações.

Sua consciência se move com dificuldade na relação com sua situação social de classe. No entanto, a conflitividade dessa situação “está lá”, latente e subjacente à sua consciência e à sua sociabilidade operária. Ela se manifesta nos momentos de crise das mediações que impedem que a situação de classe se manifeste como consciência de classe. São os momentos em que a reprodução das relações sociais entra em crise, o imaginário da reprodução se debilita, as ilusões da integração são confrontadas com a realidade crua dos salários insuficientes, do emprego inexistente, dos sonhos impossíveis.

São os momentos em que a acumulação capitalista, para se preservar, se propõe como prioritária em relação à condição humana; em

A dedução do camponês aparece como pagamento de um tributo cujo direito decorre de um monopólio de classe sobre um pedaço do planeta, como dizia Marx. O operário *deixa de ser pago* numa parte de sua jornada de trabalho. O camponês *paga* para cumprir sua jornada de trabalho. O operário *recebe* um salário incompleto. O camponês *paga* um tributo excessivo, a renda da terra, mesmo quando é proprietário dela, porque deve pagar por ela para ter o direito de nela trabalhar.

Uma forma peculiar de conflito em nossa sociedade decorre, portanto, da luta pela terra, da luta contra o monopólio de classe da terra. Esse fenômeno foi e ainda é muito intenso em várias regiões do país, especialmente na Amazônia. Lá, a luta entre posseiros e grileiros é luta pela terra e luta por uma concepção de direito à terra. Conflitos desse tipo houve no Paraná e em outros estados até anos recentes.

O conflito se configura pelo confronto entre proprietários reais ou supostos e os ocupantes de terra. Os proprietários reais querem extrair de sua terra uma renda territorial. Os proprietários supostos, senhores, não ra-

18. Cf., em particular, o Terceiro Manuscrito, de Marx, Karl. *Manuscripts de 1844* [trad. Émile Bottigelli], Paris, Éditions Sociales, 1962, p. 79-149.

que a coisa, o capital, se proclama humano e revela a redução dos humanos a meras coisas, mercadorias, trabalhadores como vendedores de força de trabalho ou como seres descartáveis.

A consciência operária diz respeito ao caráter alienado do trabalho, dominada pelas abstrações e ficções que tornam possível o trabalho assalariado. É uma consciência abstrata porque dominada pelo princípio da equivalência geral, da igualdade fictícia que esconde as desigualdades e contradições próprias da mercadoria.

Ao se socializar pela mediação das coisas que circulam, isto é, que são trocadas porque reduzidas a quantidades e equivalências, o operário se constitui em expressão dessas equivalências quantitativas, próprias das coisas produzidas de modo capitalista. Sua consciência expressa esse seu modo de ser e expressa o modo como o capital invade e domina sua vida, por meio da exploração do trabalho.

Sua consciência, porém, não é necessariamente nem permanen-

te, de títulos obtidos na grilagem de terras, querem receber o tributo indevido por aquilo que de fato não lhes pertence<sup>19</sup>.

Os lavradores que chegam a se envolver na luta pela terra são aqueles que não reconhecem esse direito e, não raro, não estão em condições de pagar essa renda fundiária, seja mediante compra da terra, seja mediante pagamento de aluguel, a renda.

Entre nós, a expropriação territorial dos trabalhadores assumiu características de acumulação primitiva. Isto é, foi forma de promover a separação do trabalhador rural de seu meio fundamental de produção, a terra. Essa separação se deu tanto na supressão de arrendamentos, especialmente em trabalho (como no caso do colonato das regiões de café ou da moradia das regiões de cana de açúcar) ou em espécie (nos casos em que a utilização da terra se dá mediante a parceria ou a meação), quanto se deu, de maneira violenta, na expulsão de posseiros em várias regiões do país.

19. A excepcional relevância da prática da grilagem de terras no país está demonstrada num documento oficial recente. Cf. *Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil*, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000. Numa varredura inicial relativa a estabelecimentos com mais de 10.000ha de terras, dúvidas recaíram sobre a titularidade de 93 milhões de hectares. Convocados os supostos proprietários a apresentarem as provas da legalidade de seus títulos, os titulares de pouco mais de 60 milhões de hectares não conseguiram fazê-lo.



temente a consciência conformista determinada pelo processo de reprodução das relações de produção e de reprodução das relações sociais. Porque ela não está referida a um mundo fechado e autárquico como tende a ser o mundo camponês. Ela está referida à contradição entre o caráter social do trabalho e o caráter privado da apropriação dos resultados do trabalho. Essa contradição mediatiza todo o tempo, cotidianamente, mesmo que de modo invisível, tanto a situação de classe do operário quanto a consciência operária.

É a referência dessa contradição que traz para a possibilidade de consciência do operário o tempo da sociedade nova e futura, a sociedade que supera e transforma as relações sociais do presente. Enquanto o tempo novo do camponês está no passado idealizado, o tempo novo do operário está no futuro, numa sociedade que ainda não existe a não ser como possibilidade.

Diferente do contido no modelo teórico clássico de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, não tivemos aqui, ao menos de maneira significativa, entre o capital e a terra, o conflito político entre os capitalistas e os proprietários de terra em torno da questão da renda fundiária, contra uns, a favor outros.

Aqui, o capital se tornou proprietário de terra e ampliou e acelerou sua expansão territorial especialmente durante o regime militar. Pode-se falar em acumulação primitiva justamente porque por trás da figura do proprietário de terra estava a figura do empresário capitalista. Neste caso, porém, uma acumulação primitiva diversa do modelo clássico, pois o objetivo não era separar o trabalhador de seus meios de produção para convertê-lo em trabalhador para o capital. Concretamente, o que a expansão territorial do capital pretendeu foi se apossar da terra para se apossar da renda territorial viabilizada pela política de incentivos fiscais, meio de usar a renda fundiária como meio de acumulação não-capitalista de capital.

Essa busca de renda territorial, como forma de ampliação dos rendimentos do capital, não tem se limitado às regiões de fronteira, onde o direito de propriedade é instável e incerto. Ela se estende ao país inteiro.

Aos jovens camponeses que se tornam adultos, aos que procedem da tradição e da experiência da agricultura familiar, inviabiliza o acesso à terra, a sua permanência na agricultura familiar. Faz da renda da terra uma irracionalidade social e política, mais do que uma irracionalidade econômica, que é o que ocorre no capitalismo clássico.

Quadro que se agrava num sistema econômico que vem fechando rapidamente a possibilidade de acesso às ocupações industriais em consequência da transformação da estrutura produtiva. É nesse quadro de tensões que a legitimidade do direito de propriedade entra em crise, que a concepção do direito à terra se desborda sobre os limites estreitos de um direito que as circunstâncias sociais tornaram obsoleto.

A conflitividade na vida do camponês não vem da *exploração do trabalho*, mas sim da *expropriação territorial*, da privação de acesso à terra como meio de trabalho. Sem dúvida, seu conflito é conflito de classes, mas um conflito escamoteado pelo fato de que, embora conflito com o capital, não o é com o capital personificado pelo capitalista, porque não é conflito entre o capital e o trabalho na situação de trabalho, e sim capital personificado pelo proprietário da terra.



A disputa é pela mesma coisa – a terra – entre os que não a têm e querem tê-la e os que a têm e não querem abrir mão dela. Entre nós sequer chega a haver um debate sólido sobre o que de fato poderia configurar uma disputa de classes – o regime jurídico da propriedade fundiária e sua obsolescência.

Nesse sentido, quando se instaura, é esse um conflito temporário, episódico. Ele dura o tempo da expulsão do trabalhador da terra ou da efetivação de seus direitos territoriais, pela força ou por via judicial. Pode levar dias, semanas ou, não raro, longos anos. Mesmo em relação às novas características da luta pela terra, envolvendo terras da qual os que lutam não foram expulsos, a luta tem um ritmo próprio e se esgota na consumação do acesso à terra.

Trata-se mais de um intervalo conjuntural na história de camponeses individuais ou grupos particulares do que de uma permanência estrutural na vida de *todos* os camponeses. É, portanto, uma conflitividade oposta à conflitividade própria das relações entre o capital e o trabalho, que é cotidiana e permanente.

Enquanto o capital invade e domina a vida do operário, integrando-o ao sistema capitalista, o capital, sob a forma de proprietário de terra, expulsa e exclui o

camponês da terra, transforma-o em excedente populacional.

Por isso, a consciência camponesa tende a ser uma consciência dessa expulsão, uma consciência de fim de era, de fim dos tempos, porque de fato expressa episódios de supressão da condição camponesa. Não é incomum que a consciência dessa finitude assuma a dimensão de uma consciência de catástrofe, de um "fim final", de apocalipse dos trabalhadores da terra. De fato é isso que, individualmente, tende a acontecer.

Essa é a razão pela qual nem sempre a consciência camponesa é uma consciência política. Ela tende a ser uma consciência pré-política. Enquanto a consciência política descobre no conflito o possível, as indicações de saída, *a consciência pré-política não consegue descobrir nada em relação ao futuro*, porque para o camponês o futuro é o final, o perecimento de sua classe e de sua condição. *A consciência camponesa com mais facilidade se abre em relação ao passado*, em busca das evidências dos tempos idealizados da fartura e da alegria.

Não raro, ela explica os fatos e desastres por meio da culpa coletiva, de modo propriamente apocalíptico, como castigo que pede expiação, castigo, sacrifício e demonização, próprios ou de terceiros. Mesmo quando a consciência se alarga, como ocorre nas novas formas de luta, o vocabulário que sus-



tenta essa consciência é um vocabulário apocalíptico, demonizador e punitivo<sup>20</sup>.

Diferente da esperança operária, que é a esperança fundada na superação das contradições em que a exploração do trabalho se funda, a esperança camponesa é uma esperança milenarista, a expectativa no advento de um tempo novo em que a realidade punitiva do presente será invertida, será transformada no seu contrário.

Muitas vezes, há aí a expectativa do retorno do messias que instituirá o reino da abundância, a festa permanente, a conversão dos velhos em jovens, dos tristes em alegres, dos famintos em fartos. As contradições serão resolvidas na utopia da reversão e da paralisação da História<sup>21</sup>.

20. Um dirigente de uma organização político-partidária de luta pela terra, falando no programa "Roda Viva", da TV Cultura de São Paulo, usou esta significativa expressão para justificar a peleja dos trabalhadores rurais: "... punir o latifúndio" (grifo meu).

21. Cf. Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *La "guerre sainte" au Brésil: Le mouvement messianique du "Contestado"*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957. Queiroz, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social (A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966. Monteiro, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1974.

8. Como verdadeira classe social, o operariado não só é classe em si, mas contém a permanente possibilidade de se tornar *classe para si*. O tornar-se classe para si depende de circunstâncias históricas, de conjunturas críticas, de momentos em que a dimensão reprodutiva e legitimadora da exploração do trabalho se dilacera. Momentos em que o auto-engano já não é possível.

No geral, essa ruptura não ocorre no próprio processo de trabalho e de valorização do capital. O desemprego é uma ruptura no processo de trabalho. No entanto, ele não tem sido um fator de consciência de classe e de manifestação das virtualidades da classe operária enquanto classe para si. Ao contrário, o desemprego fragiliza a classe operária, lança trabalhadores desempregados contra trabalhadores empregados na competição pelas oportunidades de trabalho. Atenua o poder de reivindicação do operariado, diminui suas resistências à exploração, sua solidariedade de classe e sua intolerância com a injustiça e a exploração.

Mesmo que o desemprego revele à consciência do trabalhador uma das mais perversas manifestações da exploração capitalista do trabalho, não revela ao mesmo tempo a classe social. Antes, expõe fatores de negação da classe no sentimento de exclu-

8. Como classe social, o campesinato é *classe em si*, que nessa condição pode ser observada objetivamente. Ela se *manifesta* como classe de um ponto de vista puramente externo, a partir de suas formas convergentes de produzir e de se relacionar com seu principal instrumento de produção, a terra. Como classe em si, pode ser observada sociologicamente e pode ser compreendida politicamente, na sua contraditória inserção no processo social e histórico. Ela se manifesta como classe, também, por sua capacidade de questionamento histórico e político implícito da expansão capitalista, especialmente sua expansão territorial.

Embora sua vivência dramática, e não raro trágica, permita aos membros dessa classe uma aguda consciência crítica do que a expansão territorial do capitalismo representa para os camponeses e o que é, de fato, como fenômeno histórico, *o campesinato, em princípio, não tem como se constituir em classe para si*. Isto é, classe social dotada de consciência de classe. Não tem, porque sua existência social não é constitutivamente mediada pelas abstrações próprias da igualdade formal do mundo da mercadoria, em que a força de trabalho tenha sido convertida, ela própria, em mercadoria. A não separação entre o produtor e o produto no mundo camponês não libera o trabalho



são e de privação. Nem mesmo os mecanismos de formalização e aglutinação da classe social são suficientes e eficientes na preservação de uma identidade de classe em condições de adversidade, como essa. No mais das vezes, essas circunstâncias revelam uma face da condição operária que não a afirma nem confirma necessariamente como classe, a dimensão burocrática, formal e institucional das lideranças.

No limite da sua plena manifestação como classe social, a classe operária existe como classe para si quando tem condições de expor e efetivar o seu projeto de classe, o seu projeto social e histórico. Isto é, o projeto de superação da exploração do trabalho pelo capital. Nesse momento, a classe operária se afirma e se nega, ao mesmo tempo, como classe. Ao tomar consciência de que seu destino histórico é o destino da superação da sujeição do trabalho pelo capital, a classe operária torna reais as suas virtualidades de classe e torna visível para si e para a sociedade a universalidade libertadora de sua práxis, de sua luta.

Isso não quer dizer que todos os operários ou que mesmo a maioria dos operários tenha essa nitidez de consciência. Ou que só os operários possam tê-la. Quer dizer apenas que a condição operária, ao conter potencialmente a possibili-

daquilo que produz e não lhe dá, portanto, as características próprias de uma coisa em si, que possa se tornar equivalente de mercadoria, de coisa.

Isso não impede que o campesinato tenha consciência, alguma consciência de suas dificuldades, de seus problemas e, sobretudo, de sua finitude, como finitude imposta pelo assédio do capital e pela expropriação territorial que se impõe especialmente nos momentos e episódios, muitas vezes longos e demorados, da acumulação primitiva. Mas, não é consciência que venha de um antagonismo interior e constitutivo, *reprodutivo*. O antagonismo com o capital é "externo", mesmo quando vem da circulação dos produtos do trabalho rural e camponês. Não é reprodutivo, é *destrutivo*. Por isso, as lutas camponesas tendem a ser típicas lutas de resistência à expansão capitalista e resistência à sua destruição pelo capital. Por isso, também, a consciência camponesa tende a ser marcadamente uma consciência conservadora, embora o conservadorismo camponês não deixe de carregar consigo, no seu radicalismo inevitável (porque diz respeito à raiz existencial do camponês) as contradições de uma oposição ao capital e àquilo que o capital representa como destruição de um modo de vida.

lidade dessa clareza, abre uma perspectiva de consciência que pode afetar toda a sociedade.

Sua exteriorização, porém, depende do momento histórico, depende de que as contradições sociais se tornem insuportáveis. Depende de que as necessidades sociais, que são as necessidades que movem a História, se tornem necessidades radicais<sup>22</sup>. Isto é, depende de que as necessidades sociais não possam ser satisfeitas sem transformações sociais radicais, que interfiram na raiz da constituição da sociedade.

Nesse momento as relações sociais entram em processo de reordenamento, reconfiguração e redefinição. Elas ganham outro sentido na consciência social. Nesse momento, a classe operária se descobre não como classe em si, como corporação de interesses, mas como classe portadora da consciência da História. Não se descobre como classe de produtores de mais-valia e menos ainda como classe de produtores de coisas. Mas, como classe de produtores de possibilidades históricas para toda a sociedade.

A classe para si depende dessa negação no interior da classe operária para que o caráter uni-

É essa contradição, justamente, que traz as lutas camponesas para o mundo moderno. Ao pretender afirmar os valores e o modo de vida consagrados na concepção conservadora que lhe é própria e, ao mesmo tempo, ao fazê-lo em oposição ao capital e à expansão capitalista, o campesinato se torna inevitavelmente protagonista de uma utopia anticapitalista. Uma utopia que só pode se resolver na humanização do processo do capital, no estabelecimento de condições e limites à expansão capitalista. Essa contestação tem sua eficácia justamente porque faz a crítica do capitalismo na própria ação desde o exterior do processo do capital, uma crítica "externa", por isso dotada de uma certa objetividade histórica.

Mas nem por isso as lutas camponesas têm ou podem ter as características e as qualidades próprias das lutas operárias. Os camponeses se encontram com os operários no desencontro de suas formas de consciência, de seu modo de compreender o que é o capital e o que é o capitalismo. Essas consciências externa e interna do processo do capital só se encontram no trabalho intelectual e interpretativo e, eventualmente, quase sempre mal, nos

22. Sobre a concepção de necessidades radicais, cf. Lefebvre, Henri. *La proclamation de la commune*. Paris, Gallimard, 1965, p. 20. Heller, Agnes. *La théorie des Besoins Chez Marx*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1978, esp. p. 107-135.



versal e libertador contido na sua situação de classe se socialize, se torne um dom de toda a sociedade, de todos os que têm carecimentos de mudança, de transformação social, de todos os que não podem ser saciados nos limites estabelecidos da exploração do trabalho e da rentabilidade do capital.

Nesse sentido, há desencontros entre a classe operária real, a classe dos que estão mergulhados no processo de trabalho industrial, e suas virtualidades filosóficas e sociológicas. O poder transformador da classe operária está nesse plano virtual. Sua experiência social de classe nos fala das contradições do processo do capital, que são contradições radicais da História. Tais contradições se manifestam através de múltiplas mediações na concreta experiência social da classe. Esse é o plano da consciência real, sempre descontraído com a consciência possível. Só em momentos excepcionais do processo histórico na sociedade contemporânea é que a consciência real e a consciência possível se encontram.

Henri Lefebvre distinguiu os planos descontraídos da consciência e da prática de uma maneira esclarecedora e definitiva. Ele sugere que reconheçamos as diferenças entre o *vivido*, o *percebido* e o *concebido*. O *vivido* é o plano da vi-

programas políticos em favor de transformações sociais.

A exterioridade da consciência camponesa, em relação ao desenvolvimento capitalista, tende a se expressar em movimentos sociais pré-políticos, pré-capitalistas, além do mais. Isto é, a consciência camponesa ganha consistência nos movimentos sociais de cunho totalizador, marcados por um antagonismo absoluto em relação ao mundo não-camponês, não raro sob forma de guerra santa e de demonização do capital e de todos aqueles que são seus agentes, na gestão e no trabalho, todos os que estão, de algum modo, condenados à condição de agentes de reprodução das relações sociais da sociedade capitalista.

Por essa razão, mesmo em situações de capitalismo avançado, ou de adiantado desenvolvimento capitalista, nos nichos residuais da sobrevivência camponesa, os efeitos destrutivos da dinâmica do capital tendem a gerar movimentos camponeses de cunho milenarista ou de cunho messiânico. São movimentos que anunciam e procuram realizar uma inversão do mundo e das relações sociais que o caracterizam, uma anulação de relações, situações e mesmo pessoas e grupos sociais demonizados pela atribuição a eles da responsabilidade pelo advento do apocalipse, da era da Besta e do Maligno, pela

vência, da práxis ao mesmo tempo repetitiva e inovadora, da realidade social do dia-a-dia, do trabalho, da casa e do trânsito entre um lugar e outro. É a vida, se poderia dizer. É a vida cotidiana, se poderia dizer melhor<sup>23</sup>.

O vivido encerra mais do que o percebido. Porque nem tudo o que é criado e nem tudo o que resulta da vivência no trabalho, na rua, em casa, pode ser percebido pelas pessoas, mesmo pelos operários. No vivido tudo parece repetir-se, a mesma lógica, os mesmos gestos, os mesmos procedimentos, as mesmas palavras, os dias e as noites, os encontros. O vivido parece expressar-se na rotina, na mesmice. É no plano desse "parece", do que parece ser ou do que aparece e se deixa ver, que se estabelece o percebido.

O percebido está no plano da consciência cotidiana do processo social. Ele tende a limitar-se ao que confirma a legitimidade das relações sociais estabelecidas. Quando Marx, na análise da distinção entre processo de trabalho e processo de valorização

instauração do tempo da perdição, o tempo purificador da separação entre bodes e ovelhas, do expurgo dos condenados à perdição e da instauração do reino dos salvos e escolhidos.

Ou, quando não tem essas características escatológicas, ou nem mesmo se configuram em movimentos sociais, as situações adversas gestam os bandidos sociais, os justiceiros, como mostrou Hobsbawm, os que tiram dos ricos para dar aos pobres<sup>24</sup>.

Mesmo que se tornem protagonistas de movimentos sociais, as populações camponesas não se expressam como classe para si, como classe social. Suas reivindicações tendem a ser reivindicações tópicas, o que também pode acontecer com a classe operária. Quando as lutas camponesas se tornam mais abrangentes e radicais tendem, por outro lado, a se manifestar não como classe para si e sim como humanidade em face de uma crise final e não em face de um momento de transformação. Ou, ainda, quando supostamente se

23. Cf. Lefebvre, Henri. *La production de l'espace*. Paris, Anthropos, 1974, *passim*. - "Entrevista", in Michel Antoine Burnier (ed.). *Conversaciones con los radicales* [trad. J. Luis López], Barcelona, Kairós, 1975, esp. p. 108. - *Sociologie de Marx*. Paris, Presses Universitaires de France, 1966, esp. p. 20-48.

24. Cf. Hobsbawm, Eric J. *Rebeldes primitivos - Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX* [trad. Joaquín Romero Maura], Barcelona, Ariel, 1968.

do capital sublinhou a importância daquilo que no processo de trabalho pode ser compreendido ilusoriamente como sendo a realidade da relação entre o operário e o capital, estava nos falando da centralidade ordenadora do percebido nas relações sociais da sociedade capitalista. O operário vende ao capitalista a sua força de trabalho. Em troca recebe o salário. O salário aparece, portanto, como o equivalente do valor de sua força de trabalho. É equivalente porque ele cobre o custo de reprodução da força de trabalho, custo de reposição do que o trabalhador, enquanto operário e enquanto reproduzidor da classe operária, portanto, enquanto pai, marido e mantenedor da casa, precisa para retornar diariamente à fábrica e ao trabalho.

Se o que o operário vende é a sua força de trabalho, o que o capitalista compra já não o é. O capitalista compra a outra face da força de trabalho, que é sua capacidade de produzir mais valor do que o valor contido no operário, do que o valor consumido na sua reprodução. Isto é, o que o capitalista compra é a capacidade do operário produzir mais-valia, riqueza excedente à que foi empregada para tornar o processo capitalista de produção possível.

Portanto, o percebido é um percebido concreto, é o percebido necessário e real a que a rela-

expressa como classe "para si" o faz pela mediação interpretativa de outros grupos sociais, como os grupos de militância política dos setores radicais da classe média. É o outro que vê o camponato como classe, o trata como classe e o dirige como classe, como se vê na interferência e na ação de igrejas, de sindicatos, de entidades humanitárias, partidos, que interferem e, mesmo sem querer, acabam impondo direção e ideologia política às lutas camponesas.

Justamente aí surgem frequentes problemas. Não sendo e não podendo ser de fato classe para si, as características desagregadoras de sua situação social e de classe tendem a se manifestar na fragmentação da classe em movimentos sociais nem sempre convergentes e grupos de interesse discordantes.

Mesmo quando um grupo, a partir da experiência de classe de uma fração do camponato, tenta impor sua hegemonia ao conjunto do camponato, só pode fazê-lo através de grupos de mediação. Esses grupos podem ser até expressão da diferenciação social do camponato, que em muitos lugares gera até mesmo sua própria intelectualidade, como é o caso de religiosos e religiosas, professores rurais, técnicos agrícolas. Mas, a experiência social de classe desses grupos

ção social se efetive, a que a exploração do trabalho pelo capital se concretize. Se o percebido não escamoteasse a essência do vivido, não resultasse de um ocultamento socialmente necessário, a relação capitalista não seria possível e o capitalismo seria igualmente impossível. O auto-engano é, nesse caso, instrumental, constitutivo da própria relação social.

Ao expor as funções históricas do percebido, Marx, ao mesmo tempo, mostra que o percebido esconde o possível ao esconder a realidade essencial da relação capitalista. O percebido esconde o modo como é extraída a riqueza social no capitalismo. Ele é momento constitutivo do chamado modo de produção capitalista, que é essencialmente um modo de produção de mais-valia, um modo de produção do engano essencial a que a mais-valia se corporifique em coisas que não parecem produzidas pelo trabalho que as produziu. Porque só nesse engano é que se pode compreender o que é esse modo social de produção de relações sociais.

É a equivalência acessível ao percebido que viabiliza a construção da relação capitalista. Ao mesmo tempo, essa análise deixa claro que o que escapa ao percebido se realiza longe dos olhos de quem percebe e produz o que não se percebe. Esse é o produto,

deixa de ser a de sua classe de origem para ser a do seu novo grupo de pertencimento, a classe média de que fazem parte. Isso não impede que de algum modo mantenham sua lealdade à categoria social de origem, mas uma lealdade mediada por uma visão de mundo que é a da classe média.

Portanto, nesses casos, o camponês como classe para si só pode sê-lo desvinculado de si mesmo, desfigurado por uma experiência de classe social que não é a sua.

Nesse plano, o camponês pode se conceber e perceber como classe unicamente na medida em que se nega como classe, porque se afirma e afirma sua identidade através do outro, da mediação do outro. Diferente da classe operária que é sua própria referência. Aí o concebido só pode ser formulado fora da situação de classe, como teoria ou como ideologia. E o percebido, que é também um percebido mutilado e enganoso, não tem na situação do camponês nenhuma função social estruturante. Não há nada que deva ou possa ser ocultado na realidade social do camponês que seja essencial a que continue cumprindo sua função histórica na relação com o capital e com a sociedade. Ao contrário, o que cumpre a função integrativa, longe de ser o engano, é a clareza e a certeza de que o trabalho pertence ao próprio trabalhador.



isto é, o conjunto de relações sociais, de coisas, de riqueza, de concepções, de criações sociais e estéticas que se levantam como um pesadelo ou como estranha criatura diante de quem produz a riqueza e todas essas possibilidades.

É a compreensão do engano que nos fala do concebido. Ela nos fala do que justamente acaba de ser exposto, de que a produção capitalista é ao mesmo tempo produção de um engano que oculta uma verdade, a verdade da acumulação capitalista. O concebido está na concepção científica do processo social, na compreensão abrangente e totalizadora do que aparece e do que nele se oculta.

É no concebido que a compreensão do possível se antecipa às circunstâncias históricas reveladoras das possibilidades da práxis. Sobretudo, é no concebido que o cientista compreende, também, a eficácia social do engano e seu lugar no processo de reprodução das relações sociais, de contenção do processo histórico, de retardamento do real em relação ao possível.

O concebido está no plano da criação e da criatividade em face do desvendamento do possível, do historicamente possível. O concebido se situa no momento da práxis inovadora, da práxis revolucionária, como o próprio Lefebvre interpreta.

O possível se propõe no plano da realização e da distribuição da mais-valia, embora engendrado no momento de sua produção. Por isso, o possível socializa o que a produção criou e viabilizou. É nesse plano, justamente, que o trabalhador aparece como sendo efetivamente o que é, como trabalhador coletivo e o seu trabalho como trabalho social.

Muitas pessoas que não estão diretamente envolvidas na produção material, na fábrica, são membros desse trabalhador coletivo. Como o professor, que ensina e prepara quadros para que a reprodução social se dê, para que se dissemine o conhecimento sem o qual o trabalho já não é possível.

9. A classe operária é, *teoricamente*, uma *classe transformadora*, isto é, uma classe cuja situação social contém a possibilidade da transformação social. Mesmo alienado, como não pode deixar de ser para que cumpra sua função histórica no processo de reprodução das relações sociais da sociedade capitalista, o operário está mergulhado numa prática que envolve a delicada combinação dos contrários: a produção social e a apropriação privada dos resultados da produção social, acobertada pela igualdade jurídica e realizada na desigualdade econômica. É essa contradição que anuncia uma certa inevitabilidade do

9. O campesinato, enquanto classe dispersa e fragmentária, é, teoricamente, uma *classe conservadora*, de consciência social conservadora, no geral norteada pelos valores e concepções centrados na família, na terra, na religião, na comunidade e no trabalho.

A visão conservadora do mundo, da vida e do trabalho que é própria do campesinato, é, mais do que gestada, reafirmada na expansão do capitalismo. Porque nessa expansão o capital ameaça em primeiro lugar a autonomia e o modo de vida das populações camponesas, seu acesso à terra, sua liberdade, sua visão de mundo.



possível: a apropriação social dos resultados da produção social, a *superação* da apropriação privada dos resultados da produção social.

Quando se fala em inevitabilidade, fala-se na tendência geral do processo histórico, mas fala-se também na necessidade de conhecer a diversidade de formas possíveis dessa superação. A sociedade contemporânea não está condenada a uma única forma de superação de seus dilemas, seus desencontros, suas contradições. Muitos fatores interferem no modo como essa superação se dá: a estrutura de classes, a organização do poder, a cultura, a eficácia dos mecanismos de reprodução das relações sociais, as condições históricas, políticas, sociais e econômicas da superação. Às vezes a estrutura social é mais rígida, mais eficaz na reprodução das relações sociais. Às vezes, e em certas conjunturas, é mais frágil ou mais flexível, mais "competente" para realizar a possibilidade do novo e da inovação social.

O operário pode compreender essa contradição de um modo alienado e tentar resolvê-la alienadamente por meio da busca da ascensão social. Nesse sentido, ele procura escapar da armadilha da exploração individual e isoladamente, com base nas regras da reprodução da sociedade capitalista, sem questioná-la, sem superar de fato as contradições que o alcançam.

A expansão do capital ameaça, em primeiro lugar, a visão ordenada e integral do mundo que é própria do camponês, sua concepção totalizadora da vida. O capital a ameaça porque impõe a separação entre o trabalhador e seus meios de vida, porque coisifica as relações sociais, porque acoberta a solidariedade entre situação social e consciência social, porque impõe o descompasso entre a compreensão e a ação, porque fragmenta a vida e a compreensão do viver, porque impõe o estranhamento do homem em relação a si mesmo e ao seu mundo.

Por isso, diferente do operário, o camponês, em face da expansão do capital, pode facilmente reconhecer que seu mundo está ameaçado de destruição, que o capital de fato é adverso e adversário. É o que faz com que as lutas camponesas tenham, no mais das vezes, a dimensão de *resistência* à expansão capitalista naquilo que ela tem de destrutivo e, também, de transformador das relações sociais para impor relações capitalistas de produção, modo capitalista de apropriação dos meios de produção.

Do ponto de vista histórico, a expansão capitalista pode representar de fato um progresso, um avanço nas relações sociais, uma modernização do mundo social. Ela remove os obstáculos a que cada homem, e, portanto,

Mas, na situação de classe do operariado a contradição é *social*. Para de fato agir diretamente sobre o núcleo dessa contradição, o operário não pode se libertar, não pode superá-la, sem libertar a sociedade inteira. Quando tenta escapar pela ascensão social que o induz, age sozinho, voltado para si mesmo. Porém, quando a contradição de fato se revela a ele, sua ação tende a ser uma ação coletiva, uma ação de classe, isto é, práxis social, práxis inovadora. Nesse sentido, ele age como personificação do trabalho social, que é a forma do trabalho no capitalismo. E é nesse sentido, também, que sua ação só tem sentido como ação de classe, como protagonista coletivo da possibilidade de superação das contradições que alcançam sua situação e sua vivência.

Insisto neste ponto: a situação de classe e suas contradições apenas indicam uma possibilidade de ação e um projeto social e histórico possível. Não quer dizer que o operário vá agir necessariamente desse modo e nessa direção. Porque o trabalho na sociedade capitalista é trabalho alienado, isto é, trabalho dominado pelos mecanismos da reprodução das relações sociais constitutivas dessa sociedade. À possibilidade da produção do novo, das novas relações sociais, da nova sociedade, antepõem-se opõem-se os mecanismos, a compreen-

também os camponeses, sejam libertados dos laços patriarcais que o prendem ao outro. Laços que o tornam sujeito da dominação pessoal e de uma economia limitada e limitante, dominada pela autonomia de produzir diretamente os meios de vida e de produzir excedentes comercializáveis ou dominada pela autonomia aparente de ser o dono do trabalho e dos meios de trabalho, a terra e o capital.

Durante muito tempo, as esquerdas entenderam que todos os trabalhadores deveriam passar por esse processo, deveriam libertar-se das subjugações que os impedem de entrar plenamente no mundo do contrato social.

Porém, estamos no mundo da divisão social do trabalho. Diferentes momentos do processo de produção estão distribuídos por uma escala desigual de desenvolvimento técnico e de desenvolvimento social. Ao contrário da suposição ideológica mais fácil, os diferentes setores da produção não se desenvolvem de modo igual. Cada um tem seu próprio tempo e seu próprio ritmo. Justamente por isso, o campesinato se preserva, recriado pelo próprio capital, numa espécie de relação colonial das relações mais avançadas e desenvolvidas com as relações mais atrasadas.

são e a lógica própria da reprodução dessa sociedade, seus mecanismos autodefensivos do capitalismo.

Por isso, do ponto de vista social e imediato, das pessoas que o vivenciam, o processo de expansão capitalista difunde sofrimento, pobreza e humilhação, difunde um certo sentimento de privação, de perda, de expropriação.

Aí reside uma certa ambigüidade da situação camponesa. Ambigüidade porque condenado ao perecimento, em termos históricos. Ambigüidade, também, porque condenado a viver uma transição histórica que não termina, mergulhado numa agonia lenta, obrigado a viver a recriação constante, ainda que parcial, das relações sociais que a consciência contemporânea já definiu como relações do passado, embora não sejam.

Vive, portanto, mergulhado numa situação social que perdura. Diante dele não se abre um possível histórico similar ao que se abre diante do operário. Porque sua contradição com o capital é externa e localizada, não é constitutiva do seu relacionamento, senão indiretamente ou, ao menos, sob outra forma que não a do operário.

Quando uma certa consciência da superação a ele se propõe, propõe-se como retrocesso, como reversão do processo histórico. Daí os messianismos e milenarismos tão próprios da cultura camponesa. A superação é buscada numa am-

pla reversão da História, na tentativa de voltar a um passado idealizado, fantasioso.

Mesmo que numerosas, tais reações dificilmente alcançam o conjunto da classe ao mesmo tempo. Quando se vê ações em que os camponeses parecem numerosos, como hoje no Brasil, isso se deve ao poder dos grupos de mediação, geralmente grupos de classe média, de igrejas, de sindicatos, de organizações partidárias, etc., não de fato à realização política da situação de classe potencial do campesinato.

No entanto, embora mergulhado no mundo do conservadorismo, o camponês é, também, um ser mergulhado no mundo da liminaridade, do limite, seja o limite do tempo histórico, seja o limite de uma classe pré-capitalista que foi revitalizada e recriada no mundo do capital. Essa liminaridade dá ao camponês uma visão crítica do processo de expansão do capital que o operário geralmente não pode ter. Porque ele pode ver "de fora para dentro", em perspectiva, de maneira radical, a partir da raiz. Daí que as lutas camponesas tendam ao radicalismo e à revolta, mesmo que sob inspiração da crítica conservadora, que fundamenta seu protesto.

Suas lutas não propõem a *superação do capitalismo*, mas a *resistência ao capitalismo*. Daí que, fre-



qüentemente, o discurso operário e o discurso camponês se encontrem em sociedades em que essas classes coexistem. Eles se encontram no anticapitalismo de ambas. No entanto, o dos camponeses é substantivamente distinto do dos operários.

A falta dessa compreensão não raro produz equívocos graves na ação política dos chamados partidos sociais ou dos partidos de esquerda. Porque o conservadorismo camponês só se torna positivamente anticapitalista, isto é, só engrossa ações políticas de superação do capitalismo quando encontra mediações que sejam capazes de articular um projeto social que faça da resistência camponesa uma força auxiliar da superação do capitalismo ou de sua transformação. Porque, do próprio mundo camponês, estruturalmente falando, não pode emergir uma prática de superação do capitalismo, que seja mais do que uma prática de contestação e de resistência ao capitalismo.

A concepção social e do social das populações camponesas, diferente da dos operários, não está diretamente contida na contradição de sua existência social. Ela está contida na sua cultura e no modo como se organiza seu mundo comunitário e, em grande parte, em suas relações face-

a-face. Ela está contida na ética do pequeno mundo em que vive.

Além do vivido e do visível, para ele, está o estranho e o estranhamento, o que não faz parte do *nós* senão de modo postiço e frágil, o que inclui todos aqueles que se pensam seus aliados, que querem ajudá-lo ou apoiá-lo. O *nós* do operário, diversamente, é dado pela situação de classe e na trama abstrata de suas relações sociais, que se torna visível nos grandes e massivos encontros e demonstrações de pessoas, na maioria, desconhecidas, que se encontram porque assumem a legitimidade dessa abstração e da invisibilidade dos relacionamentos tecidos pela mercadoria e pela acumulação do capital.

Mesmo acolhidos, como é próprio do mundo camponês, os estranhos permanecem numa espécie de sala da rua ou do terreiro, coisa que se nota na própria estrutura da casa camponesa e no modo como nesse espaço ritual são recebidos os que merecem ultrapassar a soleira da porta, mas muitíssimo raramente o vestíbulo do acesso à intimidade da casa. Essa espacialidade da consciência está sempre muito presente na vida das populações rurais, em seus ritos interativos e na quase sempre rigorosa observância do decoro no trato de quem é estranho ou



de quem, quando muito, é recebido no limiar da intimidade.

A rigor, camponeses e operários se distinguem até pelo espaço e pela concepção de espaço em que se manifestam como classes. O espaço da manifestação política da classe operária não é, evidentemente, a fábrica e sim a rua, a praça, o espaço público da cidade em que mora e transita cotidianamente.

Já o campesinato não dispõe de um espaço próprio de manifestação política no lugar onde mora. Porque, no mais das vezes, ele mora onde trabalha, onde sofre as privações e os medos que o mundo rural ameaçado lhe impõe. O campesinato não vive nem transita cotidianamente pelos lugares de encontro próprio da sociedade moderna. O lugar do seu viver é o lugar do isolamento e do desencontro.

Seus encontros sociais não se dão na espacialidade ampla do mundo da política. Ocorrem apenas nas estruturas da vizinhança e do parentesco, cujas funções não se desdobram numa espacialidade política. Quando se manifesta politicamente, o faz num espaço que não lhe é próprio nem familiar, que é o espaço da cidade, um espaço que faz dele um estranho e um estrangeiro.

10. O alcance político e histórico das lutas operárias é amplo e abrangente porque são lutas da classe social cuja situação se abre para o possível, para a universalidade possível do homem, como afirmação do humano contra a coisificação que o assedia e aprisiona. Porque é por meio da existência e da atividade da classe operária que se torna consistente e constitutivo o que é propriamente social, como qualidade nova e diferente dos relacionamentos humanos. Porque é por meio dela que a historicidade do homem pode ser desvendada como uma lei e, portanto, como uma possibilidade.

É verdade que isso não quer dizer que toda luta operária é uma luta transformadora. Nem quer dizer que todo operário é um revolucionário. Sua situação de classe é revolucionária, mas há grande distância entre ela e a sua consciência e sua ação.

Vencer essa distância é que define o que é propriamente práxis política como contínua e renovada descoberta do possível e contínua transformação consciente das relações sociais que impedem a emancipação do homem de suas carências e necessidades. É esse o espaço da construção consciente da sociedade nova e possível, das transformações que desbloqueiam o acesso de todos ao que é de todos, que democratizem efetivamente a sociedade.

10. O alcance político e histórico dos conflitos camponeses se define pela mediação dos outros conflitos sociais, em particular a dos conflitos de alcance histórico, como é a luta operária. Justamente por isso, o alcance das lutas camponesas pode oscilar e muito de acordo com a conjuntura histórica e as circunstâncias de sua ocorrência. A inserção do campesinato na modernidade e nas lutas pelas transformações sociais é vicária, dependente de dinamismos que não são os seus.

Ele pode flutuar entre extremos discrepantes. Mesmo um conflito grave, como não poucos que temos tido ao longo da história republicana, pode aparecer como mera ocorrência policial e sem nenhum alcance histórico e político.

Como, em outras circunstâncias, pode dar a impressão de ter grande impacto político e, mesmo, grande alcance histórico, como neste momento em que é em grande parte instrumento das inquietações e descontentamentos de certos setores da classe média ou de certos partidos políticos. Mas raramente ultrapassam seu limite histórico que é o de pôr em questão a ordem social e política que se alicerça sobre o capital.

Porque, de fato, a práxis camponesa que conhecemos não car-

rega consigo a possibilidade de superação das relações sociais dominantes e nem mesmo de restauração de suas relações sociais fundantes. Nestas últimas, subsumidas pelo capital de diferentes modos, já não existe a autonomia suposta nas suas orientações utópicas. Destas restam os grandes valores relativos à dignidade e à condição humana e, em sua resistência, a importância revolucionária desses valores no estabelecimento de limites éticos à expansão capitalista.